

Solvi
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	17



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Solví Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solví Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Solví Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Citação da controlada Essencis Soluções Ambientais S.A. na colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada Essencis Soluções Ambientais S.A. ("Essencis"), foi citada em colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado ("Sérgio Machado"), ex-diretor da Transpetro S.A., no âmbito de investigação conduzida pelo Ministério Público Federal. Em 2016, a Solvi Participações S.A. contratou empresa independente especializada para conduzir uma investigação com procedimentos forenses, que não identificou evidências ou indícios de fatos ou elementos relacionados à participação da Essencis nos supostos atos alegados. Considerando que o processo de investigação pelo Ministério Público Federal ainda está em andamento, não está descartada a possibilidade de haver desdobramento no decorrer dessa investigação que possam afetar as demonstrações financeiras da Companhia e da referida controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Operação Gramacho originada na controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e a suas controladas, direta e indireta, Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda., respectivamente, foram denunciadas pelo Ministério Público do Estado do Pará na Operação denominada Gramacho, onde se investiga o suposto crime ambiental ocorrido em janeiro de 2017 na Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos – CPTR Marituba (Aterro). Os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas entendem, também com base em laudos de especialistas em meio ambiente e saúde contratados, que tais denúncias carecem de sustentação probatória, portanto, não foi constituída provisão contábil para fazer face a esse assunto. Eventuais desdobramentos futuros desfavoráveis à Companhia poderão afetar adversamente suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a controlada Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. ("Inova") tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza pública para o agrupamento noroeste do município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e desde então foram assinados contratos emergenciais junto à Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 10 de dezembro de 2018 foi assinado o último contrato emergencial com vigência a partir de 11 de dezembro de 2018 e prazo de 180 dias, encerrando-se, portanto, em 09 de junho de 2019. Atualmente, não há planos de a Administração manter as operações da Inova em um futuro previsível, após o encerramento desse último contrato emergencial em vigor, mantendo a Inova em estado inativa até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos. As demonstrações financeiras da Inova foram elaboradas levando em consideração esse pressuposto e, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. no que diz respeito a essa controlada devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta SBC Valorização de Resíduos Ltda.

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada indireta SBC Valorização de Resíduos Ltda. (SBC) tem como objeto social o manejo e gestão dos resíduos sólidos do município de São Bernardo do Campo - SP. O contrato de prestação de serviços original foi rescindido amigavelmente e de forma antecipada, mediante ao Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual datado de 05 de julho de 2017, nesse mesmo Instrumento ficou acordado que a controlada prestaria o serviço por até 180 dias. Em 26 de dezembro de 2017 foi prorrogado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual para mais 180 dias a contar de 01 de janeiro de 2018. Desde o final desse prazo, ocorrido em 30 de junho de 2018, a Empresa encontra-se inativa e os seus gastos e despesas ordinárias estão sendo honrados com recursos próprios e não há planos de a Administração retomar as operações da SBC em um futuro previsível. As demonstrações financeiras da SBC foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solvi Participações S.A. no que diz respeito a esse investimento devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável (“impairment”) do ativo fiscal diferido

Veja as notas explicativas **6.h** e **26** das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O balanço patrimonial consolidado, apresenta saldo de tributos diferidos ativos constituídos sobre prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. O registro desses tributos diferidos está baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros preparada pela controladas da Companhia requer o uso de julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de lucros futuros. A realização desses tributos poderá variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas na projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar no valor reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do período.</p> <p>Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas por essas controladas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelas controladas da Companhia; (ii) Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, analisamos a aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias; (iii) Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pelas controladas da Companhia para sua utilização; (iv) Avaliamos se as projeções dessas controladas indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização; e (v) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

	Baseados nos resultados dos procedimentos resumidos acima, consideramos que o saldo do ativo fiscal diferido, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
--	--

Valor recuperável ("impairment") do Imobilizado e Intangível (incluindo o Ágio)

Veja as notas explicativas **6j**, **6k**, **17** e **18** das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 aparecem saldos de ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia e suas controladas. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), a Companhia e suas controladas avaliam a existência de necessidade de redução ao valor recuperável levando-se em consideração os fluxos de caixa descontados das UGCs, elaborados por especialista contratado pela Companhia e suas controladas, que consideram julgamentos significativos e uso de premissas de mercado e de negócios, que incluem (i) crescimento da receita, (ii) margens operacionais e (iii) taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa futuros projetados.</p> <p>Devido à relevância do valor desses ativos, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados, e considerando o impacto que eventuais alterações das premissas, poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de análise do valor recuperável do ágio. (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, incluindo a taxa de desconto adotada, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores, bem como avaliamos a análise de sensibilidade das premissas mais significativas efetuada pela Companhia e suas controladas, com o intuito de identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que seu valor contábil. (iii) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do imobilizado, intangível, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.</p>

Valor recuperável (*impairment*) das contas a receber

Veja as notas explicativas **6.m** e **11** das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas definem critérios e metodologias para a avaliação dos níveis esperados de perda por redução ao valor recuperável do saldo das contas a receber com o objetivo de determinar a estimativa do montante sujeito a não realização e, conseqüentemente, a potencial constituição de provisão para saldos de liquidação duvidosa. A determinação da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) considera critérios e metodologias que são documentados em políticas internas e exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia e suas controladas, que incluem análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, inclusive sua situação econômico-financeira, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.</p> <p>Devido ao alto grau de julgamento envolvido para a determinação da perda por redução ao valor recuperável das contas a receber e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Obtenção do entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados à identificação e registro de <i>impairment</i> das contas a receber da Companhia e de suas controladas; (ii) Avaliação dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia e suas controladas para determinar os níveis esperados de inadimplência, examinando, em base de amostragem, os documentos, premissas, julgamentos e dados utilizados pela Companhia e suas controladas na determinação das perdas esperadas em contas a receber de clientes; (iii) Avaliamos também a análise de sensibilidade das premissas mais significativas efetuada pela Companhia e suas controladas, com o intuito de identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que seu valor contábil; e (iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável de contas a receber e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Veja as notas explicativas **6.n** e **24.b** das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Como consequência das operações de suas controladas, e visando a minimização dos impactos ambientais de aterro, As controladas da Companhia incorreram em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de aterro sanitário, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado, para as obrigações de fechamento como, por exemplo, tipo de cobertura final e demolição de instalações utilizadas quando da operação do aterro, atividades a serem realizadas após o fechamento, bem como em relação a determinadas premissas econômicas como custo do tratamento de percolado, custo de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás e manutenção da infraestrutura existente.</p> <p>Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário e ao nível de julgamento para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de reconhecimento e mensuração da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário; (ii) Com o auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente; (iii) Efetuamos a conferência aritmética dos cálculos das estimativas, inclusive confrontando com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e (iv) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida a uma sociedade anônima de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais.

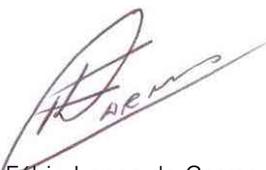
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fábio Lopes do Carmo
Contador CRC 1SP192172/O-3

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	10.1	13.807	193	122.320	119.342
Títulos e valores mobiliários	10.2	-	917	2.735	1.595
Contas a receber de clientes	11	13.642	4.847	723.141	646.211
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	-	-	54.103	2.959
Ativo financeiro	36.1	-	-	5.824	5.824
Estoques		47	46	26.906	27.292
Dividendos a receber	13	26.549	157	9.183	7.594
Impostos a recuperar	14	21.772	25.608	104.494	104.502
Outras contas a receber	12	2.910	3.196	15.471	16.800
Aporte numerário em consórcios		-	-	8.274	2.839
Adiantamento a fornecedores		215	91	6.422	3.102
Ativos mantidos para venda	15	-	470.000	-	470.000
Total do ativo circulante		78.942	505.055	1.078.873	1.408.060
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	10.2	-	-	15.880	15.961
Contas a receber de clientes	11	60	-	30.452	18.542
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	39.738	9.992	89.314	91.594
Ativo financeiro	36.1	-	-	38.878	43.415
Ativo fiscal diferido	26	-	-	168.646	195.036
Outras contas a receber	12	180.795	805	214.591	24.498
Depósitos judiciais		1.360	388	38.402	37.571
Total do realizável a longo prazo		221.953	11.185	596.163	426.617
Investimentos	16	1.627.773	1.521.036	124.835	133.863
Imobilizado	17	1.614	1.404	720.125	664.685
Intangível	18	3.703	4.040	1.006.547	1.036.039
		1.633.090	1.526.480	1.851.507	1.834.587
Total do ativo não circulante		1.855.043	1.537.665	2.447.670	2.261.204
TOTAL DO ATIVO		1.933.985	2.042.720	3.526.543	3.669.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	30.810	44.938	295.583	238.994
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	12.000	-	320	138
Empréstimos e financiamentos	20	4.967	17.401	210.972	268.865
Debêntures e outros títulos	21	264.563	67.499	301.023	125.204
Salários, benefícios e encargos sociais	23	8.833	4.829	132.748	131.458
Impostos, taxas e contribuições	25	993	739	90.088	135.064
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	15.421	16.861
Dividendos a pagar	13	40.336	18.798	84.960	61.347
Aporte numerário em consórcios		-	-	5.009	2.809
Adiantamentos de clientes		169	-	16.228	15.478
Total do passivo circulante		362.671	154.204	1.152.352	996.218
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	24.973	38.701	3.421	3.415
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	66.504	209.110	8.548	7.299
Dividendos a pagar	13	330.000	-	330.000	-
Empréstimos e financiamentos	20	10.534	66.617	356.442	574.522
Debêntures e outros títulos	21	469.024	603.031	556.524	719.697
Impostos, taxas e contribuições	25	-	-	8.679	142
Passivo fiscal diferido	26	15.653	11.774	139.937	138.718
Provisões	24	58.147	496	258.504	186.795
Total do passivo não circulante		974.835	929.729	1.662.055	1.630.588
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	27	429.450	415.000	429.450	415.000
Reserva de capital		127.288	127.288	127.288	127.288
Reservas de lucros		24.652	409.910	26.468	409.910
Reserva especial de ágio		3.143	3.143	3.143	3.143
Ajustes de avaliação patrimonial		11.946	3.446	10.130	3.446
Total do patrimônio líquido dos controladores		596.479	958.787	596.479	958.787
Participação dos não controladores				115.657	83.671
Total do patrimônio líquido				712.136	1.042.458
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.933.985	2.042.720	3.526.543	3.669.264

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.886.838/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	28	2.873	1.293	2.392.375	2.454.990
Impostos incidentes sobre serviços prestados	28	(417)	(179)	(300.233)	(331.157)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.456	1.114	2.092.142	2.123.833
Custo dos serviços prestados	29	-	-	(1.606.566)	(1.608.575)
LUCRO BRUTO		2.456	1.114	485.576	515.258
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas comerciais	30	(355)	(125)	(11.145)	(5.214)
Despesas administrativas	31	(44.330)	(17.498)	(200.877)	(179.572)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	3.618	(118.514)	(4.329)	(262.613)
Resultado de equivalência patrimonial	16	107.974	(77.830)	5.059	40.464
RECEITAS E DEPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		66.907	(213.967)	(211.292)	(406.935)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		69.363	(212.853)	274.284	108.323
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	33	43.323	30.792	68.345	68.624
Despesas financeiras	33	(95.615)	(32.310)	(186.449)	(252.804)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(52.292)	(1.518)	(118.104)	(184.180)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.071	(214.371)	156.180	(75.857)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	26	90	-	(81.608)	(111.164)
Diferido	26	1.063	7.032	(11.113)	18.959
Incentivo lucro da exploração	26	-	-	3.533	2.594
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.224	(207.339)	66.992	(165.468)
ATRIBUÍVEL À:					
Acionistas da Controladora				20.040	(207.339)
Participação de não controladores				46.952	41.871
				66.992	(165.468)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		18.224	(207.339)	66.992	(165.468)
Ajustes acumulados de conversão		7.520	1.028	9.375	1.600
Ajustes de hiperinflação de investimentos na Argentina	6.f	5.158	-	5.158	-
Resultados provenientes da venda de ativos para acionistas	1.2	(5.944)	-	(5.944)	-
Impostos diferidos sobre resultado de venda de ativos		1.765	-	1.765	-
Resultado Abrangente da Companhia		26.723	(206.311)	77.347	(163.868)
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				26.723	(206.311)
Acionistas não controladores				50.623	42.443
Resultado abrangente total				77.347	(163.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação Patrimonial	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de ágio					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		415.000	-	19.670	790.462	3.143	-	2.418	1.230.693	88.082	1.318.775
Aumento de capital com reserva	27	413.730	-	-	(413.730)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de capital	27.i	-	127.288	-	-	-	-	-	127.288	-	127.288
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(207.339)	-	(207.339)	41.871	(165.468)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	1.028	1.028	572	1.600
Compensação de prejuízo com reserva		-	-	-	(207.339)	-	207.339	-	-	-	-
Ajustes no patrimônio líquido da investida		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	(44.996)	(44.996)
Reversão da provisão de transação de capital entre partes relacionadas		-	-	-	220.848	-	-	-	220.848	-	220.848
Cisão parcial entre partes relacionadas	1	(413.730)	-	-	-	-	-	-	(413.730)	-	(413.730)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		415.000	127.288	19.670	390.242	3.143	-	3.446	958.787	83.671	1.042.458
Incorporação da Servy Invest	27	14.450	-	-	-	-	-	-	14.450	-	14.450
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	18.224	-	18.224	46.952	65.176
Equivalência sobre movimentação patrimonial em controlada	16.1	-	-	-	5.386	-	-	-	5.386	242	5.628
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	7.520	7.520	39	7.559
Reserva legal	27	-	-	911	-	-	(911)	-	-	-	-
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	6.f	-	-	-	-	-	-	5.158	5.158	-	5.158
Dividendos distribuídos	27	-	-	-	(397.293)	-	(17.312)	-	(414.605)	(28.264)	(442.869)
Reversão de provisão de perda de mútuos		-	-	-	12.448	-	-	-	12.448	-	12.448
Venda parcial de controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	13.446	13.446
Baixa de ágio dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(429)	(429)
Baixa de ativo fiscal diferido constituído em exercício anterior		-	-	-	(6.710)	-	-	-	(6.710)	-	(6.710)
Outros resultados abrangentes provenientes da venda de ativos	1.2	-	-	-	-	-	-	(5.944)	(5.944)	-	(5.944)
Imposto diferido sobre outros resultados abrangentes provenientes da venda de ativos		-	-	-	-	-	-	1.765	1.765	-	1.765
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		429.450	127.288	20.581	4.071	3.143	-	11.946	596.479	115.657	712.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	18.224	(207.339)	66.992	(165.468)
Itens que não afetam o caixa:				
(Reversão) / Perda do valor recuperável	-	-	(7.112)	17.739
Depreciação e amortização	1.641	2.081	144.992	141.233
Amortização de ágio	-	-	(429)	12.720
Baixa de imobilizado e intangível	311	-	6.582	4.762
Equivalência patrimonial	(107.974)	77.830	(5.059)	(40.464)
Ganho / Perda no investimento	(1.731)	100.126	2.187	163.639
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e mútuos	74.409	(2.306)	138.122	157.755
Provisão / Reversão de ajustes de inventário	(9)	(41)	2.520	(2.430)
Provisão para concientização da população	-	-	-	1.468
Provisão para garantias contratuais	58.054	-	57.474	-
Provisão para urbanização de aterros	-	-	2.938	48.451
(Reversão) / Provisão para perda de mútuos	(2.885)	16.883	(2.885)	29.330
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.906)	(1.680)
Ajuste de resultado anos anteriores	-	-	242	(5.695)
Provisão para contingências	1.347	1	20.834	20.248
Imposto de renda e contribuição social	(1.153)	(7.032)	89.188	89.611
Redução / Aumento nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	917	(917)	(1.059)	(14.831)
Contas a receber de clientes	(465)	(348)	(93.630)	(51.729)
Partes relacionadas	(26.515)	74.432	793	(56.635)
Impostos a recuperar	3.838	5.604	398	6.184
Estoques	8	116	(1.890)	155
Dividendos recebidos	20.617	36.311	7.843	8.852
Outros créditos	319.048	(1.059)	303.826	(7.405)
Aporte de numerário em consórcios	-	-	(5.435)	(807)
Depósitos judiciais	(975)	(416)	(1.441)	(18.109)
Adiantamento a fornecedores	5.359	(33)	(3.272)	70
Ativo financeiro	-	-	4.537	18.152
Redução / Aumento nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.323	(4.094)	24.303	18.607
Partes relacionadas	(84.606)	(74.209)	(41.365)	30.970
Salários, provisões e encargos sociais	3.984	1.090	940	6.474
Impostos, taxas e contribuições	108	(373)	(17.644)	(16.136)
Pagamento de contingências	(1.750)	(481)	(12.244)	(14.024)
Adiantamento de clientes	169	-	691	3.972
Outras contas a pagar	19.981	(24)	29.977	(254)
Aporte numerário em consórcios	-	-	2.200	787
Parcelamentos fiscais	-	-	(21.810)	32.090
Caixa gerado pelas atividades operacionais	301.275	15.802	684.398	417.602
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	-	(62.306)	(106.600)
Mútuos ativos - recebimento Juros	167	201	920	1.318
Mútuos passivos - juros pagos	(17.797)	(34)	(45)	(184)
Debêntures - juros pagos	-	-	(12.972)	(20.682)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(9.401)	(3.241)	(79.579)	(57.746)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	274.244	12.728	530.416	233.708
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos ativos - aplicação	(74.763)	(39.879)	(102.397)	(101.918)
Mútuos ativos - recebimento principal	7.794	2.267	12.340	73.680
Adição em caixa e equivalentes proveniente à aquisição da controlada	-	-	701	633
Aquisição controle sobre investimentos	-	-	(666)	-
Aumento de investimento	(20.009)	-	-	(1.085)
Equivalência sobre movimentação patrimonial	-	-	13.446	-
Variação cambial	469	565	10.896	5.018
Aquisições de imobilizado	(892)	(758)	(101.892)	(66.906)
Adição de intangível	(933)	(505)	(13.873)	(8.047)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(88.334)	(38.310)	(181.445)	(98.625)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos passivos - captação	167.763	53.113	15.755	1.963
Mútuos passivos - pagamento principal	(293.884)	(25.978)	(6.764)	(5.037)
Notas promissórias - pgto. Principal	-	-	(2.176)	-
Debêntures - pagamento principal	-	-	(47.628)	(37.181)
Empréstimos e financiamentos - captação	10.000	10.692	229.577	222.043
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(85.924)	(15.324)	(536.937)	(296.169)
Dividendos pagos	29.749	(359)	2.180	(43.464)
Caixa líquido aplicado nas / gerado pelas atividades de financiamento	(172.296)	22.144	(345.993)	(157.845)
AUMENTO LÍQUIDO / REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.614	(3.438)	2.978	(22.762)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	193	3.631	119.342	142.104
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.807	193	122.320	119.342
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.614	(3.438)	2.978	(22.762)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.886.838/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
1 - RECEITAS	(34.875)	1.349	2.357.681	2.462.056
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.873	1.293	2.392.375	2.454.990
Outras receitas	(37.748)	56	(30.720)	6.745
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (constituição) / reversão	-	-	(3.974)	321
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	36.002	(107.022)	(640.367)	(894.691)
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(241.188)	(270.484)
Materiais, energia, serviços de terceiros	15.253	16.939	(359.538)	(326.173)
Perda/recuperação de valores ativos	1.676	(100.149)	2.126	(165.441)
Outros	19.073	(23.812)	(41.767)	(132.593)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.127	(105.673)	1.717.314	1.567.365
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.641)	(2.081)	(143.687)	(141.233)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(514)	(107.754)	1.573.627	1.426.132
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	154.539	(47.038)	91.684	109.316
Resultado de equivalência patrimonial	107.974	(77.830)	5.059	40.464
Receitas financeiras	43.323	30.792	68.345	68.624
Outras	3.242	-	18.280	228
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	154.026	(154.792)	1.665.313	1.535.448
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	154.026	(154.792)	1.665.313	1.535.448
8.1) Pessoal	32.014	19.992	703.848	701.472
Remuneração direta	27.372	16.074	495.726	504.435
Benefícios	3.562	3.024	177.831	170.675
F.G.T.S	1.080	894	30.291	26.362
8.2) Impostos, taxas e contribuições	10.083	1.008	511.599	552.471
Federais	8.678	79	380.968	412.711
Estaduais	-	-	10.366	13.170
Municipais	1.405	929	120.265	126.590
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	93.705	31.547	382.874	446.973
Juros	92.387	30.054	177.838	245.580
Aluguéis	1.318	1.493	204.975	201.381
Outras	-	-	61	12
8.4) Remuneração de capitais próprios	18.224	(207.339)	66.992	(165.468)
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	18.224	(207.339)	20.040	(207.339)
Participação dos não-controladores	-	-	46.952	41.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Solví Participações S.A. (“Companhia” ou “Solví Participações”), entidade controladora do Grupo Solví, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo Solví” e individualmente como ‘entidades do Grupo’).

A Companhia e suas subsidiárias formam um Grupo empresarial composto por 64 empresas que atendem mais de 130 municípios de 15 estados brasileiros, além de importantes municípios localizados nos seguintes países: Argentina, Bolívia e Peru.

A atividade operacional do Grupo Solví é desenvolvida basicamente em quatro frentes de negócios:

Frente de negócio	Descrição
Resíduos	Limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, públicos e privados, e resíduos industriais. Também, faz operações de aterros com classificação I (perigosos), IIa e IIB (não perigosos, reciclagem, incineração, co-processamento, remediação de áreas contaminadas e logística reversa.
Saneamento	Captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta, tratamento, disposição final de esgoto e gestão comercial.
Valorização energética	Geração de energia a partir de fontes renováveis, como biogás. Produção de créditos de carbono por meio de geração de energia renovável e queima controlada do gás metano de aterros.
Agronegócio	Produção de fertilizantes a partir do processo de compostagem de resíduos industriais

Em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam saldos de passivos circulantes superiores aos ativos circulantes.

1.1 Alteração do capital social da Companhia ocorrida em 2017

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 27 de novembro de 2017, foi aprovada a cisão de 27,61% do patrimônio líquido da Solví Participações, que equivalia a R\$ 413.730. O acervo contábil cindido da Solví Participações, integralizado no capital da Servy Investimentos S.A segue abaixo demonstrado. Com a cisão o capital da Companhia foi reduzido de R\$415.000 para R\$1.270.

O balanço patrimonial da Solví Participações S.A em 31 de outubro de 2017 é conforme segue:

	Parcela cindida da Solví em 31/10/2017	cindida a ser vertida à GPO	cindida a ser vertida à Servy
Ativo total	439.322	314.314	125.008
Investimento	35.667	6.820	28.847
Partes relacionadas	403.655	307.494	96.161
Passivo total	25.592	21.648	3.944
Partes relacionadas	25.592	21.648	3.944
Integralização de Capital	413.730	292.666	121.064

Com a cisão parcial, o capital social da Solví Participações sofreu uma redução no mesmo valor da parcela cindida de R\$413.730 e o cancelamento de 413.730 ações, desta forma passou para o montante de R\$1.270 dividido em 1.270 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de um real cada um, totalmente subscrito e integralizado.

Em 19 de dezembro de 2017, conforme Ata de Assembleia, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia em R\$413.730 passando o capital de R\$1.270 para R\$415.000, conforme nota explicativa nº27.

1.2 Reorganização societária da Companhia ocorrida em 2018

Ao final de 2018, a administração da Solví, em decisão estratégica, realizou uma reestruturação visando à segregação de determinados ativos que não guardavam relação com as atividades dos segmentos de resíduos, biogás e energia termoeletrica gerados em aterros e adubo orgânico.

Como resultado da segregação, as empresas com os negócios acima mencionados permaneceram ligados à acionista Solví Participações, controlada diretamente pela Solví Environnement (França). Os negócios segregados passaram a ser controlados por empresas ligadas diretamente à acionista Solví Investments (Luxemburgo).

Nesse contexto, os ativos segregados seguem abaixo relacionados:

- (i) Investimentos na São Gabriel S.A (segmento de saneamento) controlada indiretamente por Solví Participações S.A.;
- (ii) Investimentos detidos diretamente e indiretamente por Servy Investimentos S.A. (Servy Participações, GPO, Servy Patrimonial, Sergipe e EBTA), nos negócios de construção civil e administração de imóveis;
- (iii) Parcela do preço de venda (contas a receber no valor de R\$ 30.000, a vencer no ano 2020) e *Earn-Out* (ativo contingente, não contabilizado), relativo ao processo de Pis e Cofins em curso nº 0003477-15.2013.4.01.3200, ambos decorrentes da venda da Manaus Ambiental S.A. em 2018, os quais são direitos pertencentes à Solví Participações.

A segregação dos ativos foi realizada da seguinte forma:

- (i) Em 26 de dezembro de 2018 ocorreu cisão parcial da Vega, por meio da qual parte do investimento em São Gabriel, correspondente a 73,5% das ações (totalidade das PN's e 49% de ON's) foi incorporada por Solvi Participações. Em 28 de dezembro de 2018 a Solvi Participações aportou esse mesmo investimento na holding Empresa de Participações em Projetos de Saneamento – EPPS (recentemente constituída). O balanço da cisão segue abaixo demonstrado:

	SALDOS CONTÁBEIS DA VEGA EM 30/11/2018	CISÃO DA VEGA VERTIDA P/ EPPS	SALDOS CONTÁBEIS NA VEGA APÓS A CISÃO
ATIVO			
CIRCULANTE			
Disponível	131	-	131
Contas a receber	6.103	-	6.103
Dividendos a receber	47.715	(672)	47.043
Outros créditos	4.688	-	4.688
Total Circulante	58.637	(672)	57.965
NÃO CIRCULANTE			
IRPJ/CSL diferidos	18.154	-	18.154
Depósitos judiciais	4.377	-	4.377
Partes relacionada – mútuos financeiros	6.471	-	6.471
Outros créditos	461	-	461
	29.463	-	29.463
Investimento em São Gabriel	18.294	(13.446)	4.848
Investimentos em demais Controladas	78.466	-	78.466
Imobilizado e intangível líquido	1.221	-	1.221
	97.981	(13.446)	84.535
Total Não Circulante	127.444	(13.446)	84.535
TOTAL DO ATIVO	186.081	(14.118)	171.963

	SALDOS CONTÁBEIS DA VEGA EM 30/11/2018	CISÃO DA VEGA VERTIDA P/ EPPS	SALDOS CONTÁBEIS NA VEGA APÓS A CISÃO
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.640	-	2.640
Fornecedores	5.247	-	5.247
Dividendos a pagar	27.534	-	27.534
Outras contas a pagar	1.909	-	1.909
Total Circulante	37.330	-	37.330
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	6.067	-	6.067
Partes relacionadas - mútuo	9.202	-	9.202
Provisão IRPJ/CSL diferidos	2.326	-	2.326
Adiantamento futuro aumento capital	6.605	-	6.605
Prov. contingências cíveis e trabalhistas	29.726	-	29.726
Prov. perdas em investimentos societários	26.143	-	26.143
Outras contas a pagar	2.012	-	2.012
Total Não Circulante	82.081	-	82.081
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	42.941	(14.118)	28.823
Reservas legal	2.090	-	2.090
Var cambial s/ investimentos externos	(21.955)	-	(21.955)
Prejuízos acumulados	(77)	-	(77)
Lucro do exercício corrente	43.671	-	43.671
Total do Patrimônio Líquido	66.670	(14.118)	52.552
TOTAL DO PASSIVO	186.081	(14.118)	171.963

A parcela do investimento em São Gabriel que permaneceu na Vega, no total de 24,5%, representado por 51% de ON's, assegura que o controle permaneceu na Vega e ficará aguardando autorização do poder concedente do contrato de concessão para que sejam transferidas à EPPS.

- (ii) Em 28 de dezembro de 2018 a Solví Participações, que detinha participação societária minoritária na Servy Investimentos, representada por 999 ações, incorporou a mesma, tornando-se sócia direta da Servy Participações (19,83%) e GPO – Gestão de Projetos e Obras (84,72%), pelos valores contábeis abaixo demonstrados. A incorporação resultou em um aumento no capital da Solví no valor de R\$ 14.449.

	Saldos em 30/11/2018 incorporados
Ativo total	14.461
Caixa e equivalentes de caixa	1
Investimento na Servy Participações S.A.	14.460
Passivo total	14.461
Mútuo a pagar Solví Participaçãp S.A.	11
Capital	413.731
Prejuízos acumulados	(399.945)
Lucros do exercício (Jan a Nov/2018)	664
Incorporação de Capital	14.450

- (iii) Em 28 de dezembro de 2018 a Solvi Participações aportou no Capital da holding SPP- Sociedade de Participações e Projetos (recentemente constituída), um saldo de contas a receber de mutuo com a GPO, no valor de R\$ 40.181.
- (iv) Também em 28 de dezembro de 2018 a Solvi Participações aportou no capital da holding SPP- Sociedade de Participações e Projetos (recentemente constituída), os investimentos que passou a deter na Servy Participações e GPO, pelo mesmo valor contábil da incorporação.
- (v) Contas a Receber e *Earn-Out*: Quando da incorporação da Servy Investimentos por Solvi Participações os acionistas aprovaram a emissão de uma ação preferencial atribuída à Servy Patrimonial, em substituição à ação que a referida sociedade detinha de emissão da incorporada, com direito a dividendo prioritário. O dividendo preferencial a ser pago por Solvi será o valor resultante da soma (i) do valor de R\$30.000, corrigido pelo CDI desde 10 de novembro de 2017, devido a título de Quarta Parcela do Preço de alienação da Manaus a vencer em 2020; e (ii) do valor contingente previsto no contrato de compra e venda da Manaus, definido como “*Earn-out*”, que está vinculado ao desfecho da ação do Pis e Cofins. E se o resultado dessa ação for desfavorável, o valor dessa segunda parcela contingente será igual a zero. O dividendo preferencial é devido no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento, pela Solvi, dos valores que lhe dão causa. Ocorrendo o pagamento integral do dividendo prioritário, a ação preferencial será resgatada.

Forma de transferência dos Ativos Segregados, da acionista Solvi Environnement para a acionista Solvi Investments:

Em AGE de 28 de dezembro de 2018 a Solvi Participações distribuiu à Solvi Environnement dividendos *in natura* no valor de R\$ 92.817, com base no valor dos ativos segregados avaliados a valor de mercado por empresa especializada. A quitação dos dividendos deu-se por dação em pagamento dos ativos segregados. Os dividendos *in natura* e os ativos segregados em seguida saíram da Solvi Environnement para a Solvi Investments com a mesma natureza que entraram, quando então encerra-se a reestruturação como um todo.

Os efeitos contábeis da distribuição de dividendos e da cessão de ativos seguem abaixo demonstrados:

Dação de Ativos em pagamento de Dividendos <i>In Natura</i>	%	Valor de Mercado	Dividendos distribuidos a valor de mercado de acordo com percentual de participação	Custo dos Ativos incorporados dados como pagamento	Dividendos por pagar à Servy Patrimonial	Efeito no Patrimônio Líquido
Investimento na EPPS	98,00%	35.598	34.886	(14.119)	-	20.767
Investimento na Servy Participações	19,83%	140.849	27.930	(14.460)	-	13.470
Investimento na SPP	100,00%	1	1	(40.182)	-	(40.181)
Contas a Receber por Solvi Participações	100,00%	30.000	30.000	-	(30.000)	-
Total		206.448	92.817	(68.761)	(30.000)	(5.944)

1.3 Relação das empresas do Grupo Solvi organizadas por investidora

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				2018	2017
<i>Solvi Participações S.A.</i>					
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	Participação em cias. que operam resíduos públicos	Uruguai	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Vega Peru S.A.</i>	Construção	Peru	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Innova Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	Peru	Controlada	70,00%	70,00%
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA (*)</i>	Participação em cias. que operam resíduos públicos	São Paulo	Controlada	0,00%	100,00%
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Joinville	Controlada em conjunto	54,00%	54,00%
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Capela Santana	Controlada em conjunto	65,00%	65,00%
<i>Essencis & HPM Tecnologia em Recuperação de Metais Ltda.</i>	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	Belo Horizonte	Controlada em conjunto	34,00%	34,00%
<i>Essencis Ecossistemas Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Betim	Controlada em conjunto	66,67%	66,67%
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	Resíduos (testes e análises técnicas ambientais)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>GRI - Gerenciamento de resíduos Industriais S.A. (*)</i>	Resíduos privados (gerenciamento e assessoria)	São Paulo	Controlada	0,00%	100,00%
<i>Koleta Ambiental S.A. (a)</i>	Resíduos privados (coleta e transporte)	RJ/SP	Controlada	100,00%	100,00%
<i>RLI Revitalização de Lâmpadas Ltda.</i>	Recuperação de lâmpadas e reatores	Americana	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Camaçari	Controlada	57,14%	57,14%
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Benf. de Resíduos Ltda</i>	Tratamento e destinação de resíduos de construção civil	Salvador	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Battre - Bahia Transferência e Trat. de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos públicos (operação de aterro sanitário)	Salvador	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Boechat do Bairro Trat.de Res., Coleta e Conserv. Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Belford Roxo	Controlada em conjunto	51,00%	51,00%
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. - EMTR</i>	Resíduos públicos (serviços de transbordo e tratamento de resíduos)	Belo Horizonte	Controlada em conjunto	27,50%	27,50%
<i>Farroupilha - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Farroupilha	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos privados (tratamento e disposição)	Marituba	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Salvador	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<i>Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.</i>	Resíduos públicos (conservação e limpeza pública)	São Paulo	Controlada	51,00%	51,00%
<i>Rio Grande Ambiental Serv de Limp Urb e Trat de Resíduos</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Rio Grande	Controlada	100,00%	100,00%
<i>São Carlos Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Carlos	Controlada	100,00%	100,00%
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São B. Campo	Controlada	75,00%	75,00%

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				2018	2017
<i>SL Ambiental - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Leopoldo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A.</i>	Resíduos públicos (coleta e destinação)	São Paulo	Controlada	62,35%	62,35%
<i>GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	Transporte rodoviário de resíduos, locação de veículos, tratores, máquinas e equipamentos em geral	São Paulo	Coligada	62,30%	62,30%
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	Participação em outras empresas	Porto Alegre	Controlada	70,00%	70,00%
<i>Biogás Riograndense Ltda. (c)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	Minas do Leão	Controlada	70,00%	70,00%
<i>CRVR - Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Minas do Leão	Controlada	70,00%	70,00%
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Minas Gerais	Controlada em conjunto	51,00%	51,00%
<i>Alfenas Ambiental Trat de Res e Limp Urbana Ltda. (*)</i>	Resíduos públicos (coleta)	Alfenas	Controlada em conjunto	26,01%	26,01%
<i>Ecovia Valorização de Resíduos</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Conselheiro Lafaiete	Controlada em conjunto	51,49%	51,49%
<i>Resíduo Zero Ambiental S.A.</i>	Resíduos privados (Coleta de resíduos, tratamento de resíduos orgânicos e incineração de resíduos industriais)	Guapó	Controlada em conjunto	30,60%	30,60%
<i>Solvi Participação em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	Participação em empresas de Saneamento	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A. (*)</i>	Participação em outras empresas	Manaus	Controlada em conjunto	0,00%	74,50%
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	Manaus	Controlada em conjunto	0,00%	74,50%
<i>Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.</i>	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	Manaus	Controlada em conjunto	0,00%	74,50%
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Biotérmica Energia Ltda.</i>	Geração e comercialização de energia elétrica	Porto Alegre	Controlada em conjunto	70,00%	70,00%
<i>Termoverde Caiéiras S.A.</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Termoverde Salvador S.A. (d)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	Salvador	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	Controlada	100,00%	100,00%
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	São Gabriel	Controlada	24,50%	98,00%
<i>Ingeniería Y Gestión Ambiental de Residuos S.A. - IGAR</i>	Desenvolvimento de novos negócios na área de resíduos e gestão de obras.	Bolívia	Controlada	100,00%	100,00%
<i>Limp Ar Rosário S.A.</i>	Resíduos públicos - Município de Rosário (limpeza urbana, coleta e destinação final)	Argentina	Controlada em conjunto	60,00%	60,00%
<i>Logística Ambiental Mediterrânea S.A. (*)</i>	Resíduos públicos - Município de Córdoba (limpeza urbana, coleta e destinação final)	Argentina	Controlada em conjunto	49,00%	0,00%
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.</i>	Produção e comercialização de fertilizantes	São Paulo	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	Fabricação de adubos e fertilizantes	Aracruz	Controlada em conjunto	53,14%	53,14%
<i>Organoeste Biotecnologia & Participação Ltda.</i>	Holdings de instituições não-financeiras	Curitiba	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>Organoeste Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda.</i>	Fabricação de adubos e fertilizantes	Dourados	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>S.M. Watanabe & Cia Ltda. - ME</i>	Fabricação de produtos químicos orgânicos	Pirapozinho	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%
<i>S.M. Watanabe & Filhos Ltda. - ME</i>	Serviços de agronomia e de consultorias agrícolas e pecuárias	Pirapozinho	Controlada em conjunto	64,72%	64,72%

(*) Conforme movimentação societária apresentada na nota explicativa nº 16.2.

Informações adicionais sobre composição de capital social:

(a) 53,63% Solvi Participações e 46,37% Essencis Soluções Ambientais

(b) 51% Revita Engenharia e 49% Vega Engenharia Ambiental

(c) 99,73% Riograndense Participações e 0,27% CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

(d) 51% Solvi Valorização Energética Ltda e 49% Vega Valorização de Resíduos – VVR

1.4 Controladas desenvolvendo suas atividades operacionais com contratos de emergência:

a. Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A (“INOVA”).

Controlada indireta, sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo, varrição e asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e foi prorrogado por mais um período, finalizando-se de forma definitiva em 14 de dezembro de 2017. Em 10 de dezembro de 2018, a INOVA firmou novo contrato de prestação de serviços em caráter emergencial junto à AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo. O prazo de vigência desse contrato é de 180 dias corridos contados a partir de 11 de dezembro de 2018. Conforme veiculado nas mídias, em março de 2019 foi divulgado os participantes vencedores do processo licitatório dos serviços de varrição pública da Prefeitura Municipal de São Paulo o qual era executado via contrato emergencial pela Inova. Há uma série de etapas de questionamentos e recursos a serem concluídas para a efetivação do processo, e até a conclusão da licitação, a atual situação da Inova ainda permite assinatura de outro contrato emergencial, com prazo e condições definidos pelo contratante (Amlurb). A Administração estima que todo o processo de licitação se encerrará no segundo semestre de 2019 e por consequência a execução dos serviços de varrição pública previsto no contrato emergencial firmado com a Inova será encerrado.

b. SBC Valorização de Resíduos Ltda. (“SBC”).

Controlada indireta, sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a concessão de Parceria Público Privada (“PPP”) para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no Município de São Bernardo do Campo - SP. O contrato de prestação de serviços original foi rescindido de forma antecipada, mediante ao Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual datado de 05 de julho de 2017, nesse mesmo Instrumento ficou acordado que a controlada prestaria o serviço por até 180 dias.

Em julho de 2017, foi assinado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual entre a controlada e o Município de São Bernardo do Campo onde estabeleceu-se: i) o pagamento pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo do valor de R\$74.250 (setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta reais) em quatro datas; ii) a prestação dos serviços essenciais sob o valor mensal de R\$8.250 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil), pelo prazo de 180 dias, a contar da assinatura do instrumento, ou até a finalização de um novo processo licitatório para a contratação dos serviços; iii) a contratação, pelo Poder Concedente, de empresa de auditoria independente, de ilibada reputação, para realizar os levantamentos e avaliações necessárias para liquidação e apuração dos valores devidos em decorrência do Contrato de PPP rescindido. O termo final das atividades da SBCVR foi no dia 29 de junho de 2018, quando teve início a vigência de contrato emergencial, pelo prazo de 180 dias, entre a Prefeitura de São Bernardo e o Consórcio Ambiental SBC. Em novembro de 2018, a Prefeitura de São Bernardo promoveu certame licitatório regido pela Lei 8.666/93. Em dezembro de 2018, houve a

suspensão desse certame, e prorrogação da contratação em regime de emergência, por mais 180 dias. Por sua vez, a liquidação do contrato de PPP com a controlada SBCVR ainda não foi concluída pela Prefeitura, que segue em avaliação e discussão das premissas fáticas e econômicas consideradas pelos auditores contratados pelo Município e pela empresa contratada pela SBCVR para realizar o acompanhamento dos trabalhos. A SBCVR espera chegar a termos justos da rescisão contratual com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, e com a liquidação, a controlada procederá o encerramento de atividades, uma vez que, com a extinção definitiva do Contrato de PPP, inexistirá o propósito específico.

1.5 Controlada com pedido de nulidade do contrato de concessão

a. Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A (“RGA”)

O Ministério Público - MPE-RS propôs Ação Civil Pública visando a nulidade do contrato de concessão firmado entre Rio Grande Ambiental e a Municipalidade local, questionando especialmente a remuneração por usuário único e da fixação do prazo contratual em 20 anos, o que estaria em desacordo com o artigo 2º da Lei 8987/95 e ao artigo 57 da Lei 8666/93. Após sentença que julgou procedente a causa, foi interposto recurso de Apelação pela empresa, que foi improvido pelo 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS. Levada a discussão aos Tribunais Superiores, foi mantida a decisão de anulação do contrato. Em dezembro/2017, o Ministério Público, a RGA e a Prefeitura de Rio Grande formalizaram acordo para regular a transição dos serviços, no seguintes termos: (i) em 12 de dezembro de 2017 foi formalizado o “Termo de Encerramento de Prestação de Serviços” referente a serviços que foram substituídos por outras empresas; (ii) O município de Rio Grande concordou em contratar a RGA até junho/2018, em caráter emergencial, para os serviços de transbordo, transporte e operação do aterro sanitário; (iii) o exposto nas notas (i) e (ii) foi regulamentado através de “Termo de Encerramento de Prestação de Serviços” em 12/12/2017, homologado judicialmente. No acordo a RGA desiste dos recursos pendentes nos tribunais superiores. O acordo proferido rege em seus termos os que a RGA: a) continuasse a operação da atividade de transporte e destinação final dos resíduos até 30/06/2018; b) entregasse o aterro para a municipalidade em 30/12/2018, realizado com formalização em 03.01.2019, atendendo especificidades citadas do acordo; c) realizasse o encontro de contas referente a liquidação e apuração dos valores devidos em razão do encerramento antecipado do Contrato de Concessão, no qual a Empresa pleiteia indenização por investimentos não amortizados, faturas não pagas e outras verbas.

No contexto da nulidade do contrato de concessão a RGA deixa de ser SPE, se mantendo ativa até a finalização do encontro de contas e está apta a prospectar prestação de serviços locais e regionais para outros clientes.

1.6 Menção em colaboração premiada do Sr. Sérgio de Oliveira Machado e seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

No âmbito das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), em 2016 o Sr. José Sérgio de Oliveira Machado (“Sérgio Machado”), ex-diretor da Transpetro S.A., firmou acordo de colaboração premiada, tendo citado a controlada Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Essencis”) em depoimentos já tornados públicos.

A Administração do Grupo Solví, mantendo seu total compromisso de transparência e conduta ética, envidou todos os esforços para: (i) obter maiores informações sobre as alegações; (ii) revisar as transações passadas da controlada Essencis, a fim de identificar qualquer possível evidência de tais alegações; (iii) avaliar a eventual necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; e

(iv) acompanhar eventuais desdobramentos da citada colaboração. Adicionalmente, ainda em 2016, a Administração do Grupo Solvi contratou serviços independentes de investigação com procedimentos forenses, para apurar a eventual existência de fundamento da delação, já finalizada, que não identificou qualquer evidência das afirmações do Sr. Sérgio Machado.

Decorridos mais de dois anos e até a presente data, o Grupo Solvi não tem conhecimento da existência de processo investigativo derivado da citada delação que envolva seu nome e/ou de seus administradores e executivos.

Em vista do exposto, na avaliação da Administração, não há impactos relacionados a este assunto a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e anos anteriores.

A controlada Essencis mantém a prestação de serviços e não tem qualquer sanção para contratações com a Transpetro S.A.

1.7 Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTR Marituba/PA. O aterro iniciou suas atividades em 2015 e oferece solução para a destinação final de resíduos domiciliares da região metropolitana de Belém/PA. O CPTR Marituba é o primeiro aterro sanitário da Região Norte e sua abertura permitiu a destinação final de resíduos anteriormente destinados ao “Lixão do Aurá”, atendendo a vigente Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Em dezembro de 2017, as controladas Guamá, Revita, VVR e a Solvi foram alvo de medidas cautelares solicitadas pelo Ministério Público Estadual no curso de um inquérito, entre elas, busca e apreensão, tendo como objeto a procura de provas de supostos descumprimentos de condicionantes de licenças e consequentes supostos crimes ambientais na operação do aterro.

A medida cautelar restritiva aplicada à Guamá, Revita, VVR e Solvi, relativa à proibição de contratar com o Estado do Pará, foi revogada mediante habeas corpus obtido. O bloqueio judicial de contas bancárias das quatro empresas foi, de comum acordo, transformado em depósito judicial, conforme avençado em Termo de Ajuste e Conduta – TAC assinado com o Ministério Público, em junho/2018. O TAC, que vem sendo cumprido pela Guamá, definiu o destino dos recursos depositados, qual seja, o tratamento de chorume mediante aquisição e locação de máquinas de osmose reversa e o pagamento de estudos realizados pela FADESP.

Em razão das questões vinculadas à operação do aterro, a Guamá, suas controladoras diretas e indiretas e executivos dessas empresas respondem atualmente às ações detalhadas na Nota Explicativa nº35.

De acordo com os laudos de consultores especializados em meio ambiente e saúde contratados, não houve contaminação atmosférica, de solo ou de águas e tampouco aumento de incidência de doenças que pudesse ser atribuído a uma contaminação causada pelo aterro – frismos, não constatada pelos especialistas - ; assim, tais denúncias carecem de sustentação probatória, dado que não há evidências de que os problemas operacionais pontuais e isolados tenham causado danos ambientais ou à saúde da população.

Pelas características de clima e região, a operação do Aterro traz desafios, especialmente no tratamento de chorume. O alto índice pluviométrico acarreta geração de percolato acima dos níveis médios verificados em outras regiões, o que se soma à inexistência de capacidade de tratamento em estações existentes na região. A solução, atualmente adotada pela Guamá constitui-se principalmente na operação de equipamentos de osmose reversa, mas também pelo tratamento de parte do volume em Estações de Tratamento situadas em Pernambuco e na Bahia, a mais de 2.000 km de distância do aterro. Em 2018, foram transportados e tratados externamente mais de 50.000 m³ de chorume, elevando os custos operacionais de maneira significativa. A Guamá realizou em 2018 também investimentos de R\$ 20.000 no aterro e nos equipamentos de osmose reversa definidos no TAC - Termo de Ajuste de Conduta.

Atualmente, as Prefeituras de Belém e Ananindeua, que destinam os resíduos de seus municípios ao CPTR – Marituba da Guamá, remuneram a Empresa em valores insuficientes para cobrir os custos da prestação de serviços. Diante desse fato, aliado à alta inadimplência dessas Prefeituras e ao esgotamento da capacidade atual do aterro ao final de maio/2019, devido à impossibilidade da realização de obras a tempo, em razão da demora na emissão da correspondente licença, a Guamá comunicou às Prefeituras e demais partes interessadas a interrupção do recebimento de resíduos no aterro a partir de 31/05/2019. Considerando não ter havido até o momento, por parte das autoridades, a identificação e indicação de outro destino para os resíduos dos mencionados municípios, a Guamá vem mantendo discussões com as Prefeituras de Belém e Ananindeua, Ministério Público e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, na busca de solução para o impasse.

Reitere-se que podem ser verificados no CPTR - Marituba os mais elevados padrões técnicos e operacionais, igualmente encontrados nos 35 aterros operados pelo Grupo Solví no Brasil e no exterior e que, independentemente do cenário, a Guamá manterá todos os recursos humanos e materiais para o tratamento do chorume gerado pelo aterro e seu monitoramento ambiental. Oportunamente, a Guamá poderá desenvolver novos clientes, em condições comerciais adequadas, e ampliar sua capacidade operacional, sempre que detenha as licenças necessárias, até o limite da capacidade total do site.

No caso em que haja um acordo para continuidade dos serviços em novas condições comerciais e que sejam identificadas e autorizadas soluções técnicas transitórias para superar o esgotamento da capacidade atualmente existente, durante as obras de expansão, a Guamá realizará os investimentos necessários para assegurar a disponibilidade dos serviços até o fim da capacidade total do aterro.

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2018, a controlada Guamá mantém provisões para o tratamento do excesso de estoque de chorume, e também *impairment* dos ativos não depreciados, conforme nota explicativa nº17.

1.8 Manutenção das operações da controlada Guamá e seus reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTR Marituba/PA. Atualmente, as Prefeituras de Belém e Ananindeua, que destinam os resíduos de seus municípios ao CPTR – Marituba da Guamá, não têm contrato com a empresa e realizam os pagamentos por indenização, em valores insuficientes para cobrir os custos da prestação de serviços. Diante desse fato, aliado à alta inadimplência dessas Prefeituras e ao esgotamento da capacidade atual do aterro ao final de maio/2019, devido à impossibilidade da realização de obras a tempo, em razão da demora na emissão da correspondente licença, a Guamá comunicou às Prefeituras e demais partes interessadas a interrupção do recebimento de resíduos no aterro a partir de 01/06/2019. Considerando não ter havido até o momento, por parte

das autoridades, a identificação e indicação de outro destino para os resíduos dos mencionados municípios, a Guamá vem mantendo discussões com as Prefeituras de Belém e Ananindeua, Ministério Público e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, na busca de solução para o impasse.

Oportunamente, a Guamá poderá desenvolver novos clientes, em condições comerciais adequadas, e ampliar sua capacidade operacional, sempre que detenha as licenças necessárias, até o limite da capacidade total do site.

No caso em que haja um acordo para continuidade dos serviços em novas condições comerciais e que sejam identificadas e autorizadas soluções técnicas transitórias para superar o esgotamento da capacidade atualmente existente, durante as obras de expansão, a Guamá realizará os investimentos necessários para assegurar a disponibilidade dos serviços até o fim da capacidade total do aterro.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do grupo Solví está apresentada na nota explicativa nº6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração do Grupo Solví definiu que sua moeda funcional é o Real, conforme requerido pela Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 7 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras, e as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, em linha com definição de anos anteriores, uma vez que o ambiente econômico principal em que opera é aquele em que o Grupo Solví fundamentalmente gera e desembolsa caixa, e o Real também é a moeda que mais influencia os preços de bens e serviços e na qual são obtidos os recursos das atividades de financiamento.

Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo Solví pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários

denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, sendo os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica denominada ajuste acumulado de conversão.

As demonstrações financeiras das controladas estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional apresentadas a seguir:

Controlada	Moeda
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	Dólar
Vega Perú S.A.	Sol Novo Perú
Innova Ambiental S.A.	Sol Novo Perú
Vega Sucursal Perú	Sol Novo Perú
Vega Sucursal Bolívia	Peso Boliviano
Vega Sucursal Argentina	Peso Argentino

Para a respectiva moeda de apresentação da Companhia (Reais), utilizando o seguinte procedimento:

- Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço.
- O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação.
- Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média de cada mês.

As variações cambiais resultantes da conversão acima citada não são reconhecidas no resultado, pois as mudanças nas taxas cambiais têm pouco ou nenhum efeito direto sobre os fluxos de caixa atuais e futuros de operações, sendo, portanto, registradas na conta específica do patrimônio líquido denominada ajustes acumulados de conversão.

Conforme determina o IAS 29 (*Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), a partir de julho de 2018, a Argentina passou a ser considerada uma economia altamente inflacionária, em função disso, as demonstrações contábeis foram corrigidas por alteração no poder geral de compra da moeda corrente com aplicação de índice.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Solví e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº16 - Consolidação: Determinação se o Grupo Solví detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº16 – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se o Grupo Solví detém influência significativa sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 20 – Arrendamento: Determinação se um contrato contém um arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 - contas a receber: Apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber;
- Nota explicativa nº 17 e 18 - análise de redução ao valor recuperável;
- Nota explicativa nº 17 e 18 - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e a amortização;
- Notas explicativas nº 24 - reconhecimento e mensuração de provisões para urbanização de aterro e contingências: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo Solví requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo Solví estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Solví usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo Solví reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

O Grupo Solví revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então o Grupo Solví analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é o montante estimado pelo qual o ativo imobilizado poderia ser negociado na data de aquisição entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

(ii) Ativos intangíveis

O valor justo dos relacionamentos com clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado por meio do método de lucros excedentes de multiperíodos, por meio do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte da geração dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que resultem do uso e eventual venda dos ativos.

(iii) Estoques

O valor justo de estoques adquiridos em uma combinação de negócios é apurado baseando-se no preço de venda estimado no curso normal de atividades do negócio, menos os custos estimados de conclusão e despesas de venda, e em uma razoável margem de lucro baseada no esforço exigido para concluir e vender os estoques.

(iv) Contas a receber de clientes e outros créditos

Os valores justos de contas a receber e outros créditos, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

(v) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não

apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo Solví aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Mudanças de políticas contábeis
- (b) Base de consolidação
- (c) Receita de contratos com clientes
- (d) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (e) Transações em moedas estrangeiras
- (f) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária
- (g) Benefícios a empregados
- (h) Imposto de renda e contribuição social
- (i) Ativos mantidos para venda
- (j) Imobilizado
- (k) Ativos intangíveis e ágio
- (l) Instrumentos financeiros
- (m) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- (n) Provisões
- (o) Arrendamentos
- (p) Subvenções governamentais
- (q) Demonstrações de valor adicionado

a. Mudanças de políticas contábeis

O Grupo Solví aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo Solví na aplicação dessas normas, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Apresentação das receitas por desempenho; e
- Um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

(i) Adoção do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS

15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento, julgamento este que não sofreu mudanças com a transição para nova norma, entretanto a divulgação da receita sofreu alterações dada a necessidade de abertura de cada obrigação de desempenho, conforme requerido. A adoção do CPC 47/IFRS 15 não gerou impactos no balanço patrimonial, demonstrações de resultado e fluxo de caixa.

Tendo em vista que os impactos da adoção inicial não alteraram a mensuração e reconhecimento das receitas de contratos em relação a norma anterior, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada, bem como não há efeitos cumulativos a serem aplicados em 1º de janeiro de 2018 devido à adoção inicial.

(ii) Adoção do CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 09 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

O CPC 48/IFRS 09 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38/IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 09 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 09 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma reversão adicional para redução ao valor recuperável, conforme segue:

Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 de acordo com o CPC 38	<u>(8.807)</u>
Contas a receber de clientes e outras contas a receber em 31 de dezembro de 2017	<u>1.544</u>
Provisão para perda em 1º de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 48	<u>(7.263)</u>

O Grupo Solvi optou em reconhecer os efeitos dos ajustes de adoção diretamente no resultado do exercício de 2018 tendo em vista o efeito imaterial de tal adequação.

(a) Transição

O Grupo Solví optou por não rerepresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38 / IAS 39.

Reconhecimento e mensuração

O Grupo Solví realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial para adequação do reconhecimento e mensuração. Segue abaixo o quadro demonstrando a mudança das categoria dos ativos financeiros e passivos financeiros com a adoção do CPC 48/IFRS 09:

	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
			Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado	13.807	193	122.320	119.342
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	13.702	4.847	753.593	664.753
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	183.705	4.001	230.062	41.298
Mútuo a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	39.738	9.992	143.417	94.553
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado	-	917	18.615	17.556
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	26.549	157	9.183	7.594
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	-	44.702	49.239
Ativos mantidos para venda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	470.000	-	470.000
Total			277.501	490.107	1.321.892	1.464.335
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros de capital próprio	Custo amortizado	Custo amortizado	370.336	18.798	414.960	61.347
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	70.336	83.639	114.960	242.409
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	78.504	209.110	8.868	7.437
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	15.501	84.018	567.414	843.387
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	733.587	670.530	853.672	838.851
Notas promissórias	Custo amortizado	Custo amortizado	-	-	3.875	6.050
Total			1.268.264	1.066.095	1.963.749	1.999.481

Redução do valor recuperável de Ativos financeiros

O Grupo Solví recalculou a base de perda incorrida definindo um estudo dos últimos 5 anos da base de contas a receber e faturamento, avaliando a posição de cada cliente e o avanço da perda de créditos de liquidação duvidosa.

O histórico de inadimplência de cada cliente foi avaliado conforme o avanço da posição a receber frente ao faturamento. Para definição da taxa de perda foi dividido o montante em aberto pelo faturamento total dos últimos 5 anos.

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência histórica de cada um dos clientes do Grupo Solví.

Para mensuração da perda esperada o Grupo Solví adotou a utilização da taxa média do CDI, dos últimos dois meses em relação à data do faturamento, considerando assim o princípio da perda do valor ao longo do tempo.

b. Base de consolidação

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo Solví. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Participação de acionistas não controladores

O Grupo Solví elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo Solví em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Controladas

O Grupo Solví controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo Solví desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo Solví retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo Solví em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

A relação de empresas que compõe os investimentos do Grupo Solví estão relacionadas na nota explicativa nº1 – Contexto operacional.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é apresentada a seguir:

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018									
Em milhares de R\$	Hera	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros Investimentos	Total
Ativo Circulante	4.355	3.064	11.650	45.290	18.077	15.484	31.516	55.314	184.750
Ativo não circulante	8.295	25.942	59.080	46.089	38.677	43.695	17.002	127.546	366.326
ATIVO TOTAL	12.650	29.006	70.730	91.379	56.754	59.179	48.518	182.860	551.076
Passivo Circulante	2.412	10.694	14.025	26.293	20.925	9.046	27.182	57.350	167.927
Passivos não circulantes	1.460	18.224	26.640	18.681	48.943	500	3.242	149.563	267.253
Patrimônio líquido	8.778	87	30.065	46.405	(13.114)	49.633	18.094	(24.053)	115.895
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.650	29.005	70.730	91.379	56.754	59.179	48.518	182.860	551.075
% PARTICIPAÇÃO	50,00	35,70	66,67	51	51	27,5	60		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros Investimentos	Total
Ativo Circulante	340.122	1.916	13.825	35.329	18.187	25.970	37.176	47.765	520.290
Ativo não circulante	729.419	618.879	56.234	43.502	34.528	25.838	15.651	164.425	1.688.476
ATIVO TOTAL	1.069.541	620.795	70.059	78.831	52.715	51.808	52.827	212.190	2.208.766
Passivo Circulante	292.672	384	16.254	19.725	24.428	120	34.180	70.305	458.068
Passivos não circulantes	160.015	1.919	27.582	16.653	29.574	-	4.628	155.145	395.516
Patrimônio líquido	616.854	618.492	26.223	42.454	(1.287)	51.688	14.018	(13.260)	1.355.182
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.069.541	620.795	70.059	78.832	52.715	51.808	52.826	212.190	2.208.766
% PARTICIPAÇÃO	74,50	74,50	66,67	51	51	27,5	60		

Os resultados apurados nos exercícios de 2018 e 2017 por estes investimentos são demonstrados abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018									
Em milhares de R\$	Hera	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros investimentos	Total
Lucro/Prejuízo operacional antes dos impostos e resultado financeiro	2.046	4.103	10.875	6.968	(9.046)	(1.596)	9.220	23.971	46.541
Resultado Financeiro	(80)	(1.910)	(3.231)	(1.670)	(3.433)	(455)	(2.072)	(12.391)	(25.242)
Lucro antes dos impostos	1.966	2.192	7.644	5.298	(12.479)	(2.051)	7.148	11.580	21.298
Imposto de renda e contribuição social	(618)	(622)	(2.522)	(1.346)	653	-	(3.642)	(6.676)	(14.773)
Resultado do exercício	1.348	1.570	5.122	3.952	(11.826)	(2.051)	3.506	4.904	6.525

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros investimentos	Total
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	68.393	42.586	9.460	8.495	(276)	1.215	12.588	26.322	168.783
Resultado Financeiro	(18.460)	(91)	(2.772)	(2.519)	(3.621)	(832)	(2.768)	(17.764)	(48.827)
Lucro antes dos impostos	49.933	42.495	6.689	5.976	(3.897)	383	9.820	8.558	119.957
Imposto de renda e contribuição social	(7.528)	(4)	(2.173)	(660)	1.323	-	(3.228)	(6.247)	(18.517)
Resultado do exercício	42.405	42.491	4.516	5.316	(2.574)	383	6.592	2.311	101.440

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Solví na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Receita de contratos com clientes

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Grupo Solví e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

A seguir estão apresentados os tipos de receitas de contrato com clientes do Grupo Solví:

<i>Tipo de receitas</i>	<i>Descrição</i>		
Receita de prestação de serviços	<p>Resíduos - As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado.</p> <p>As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.</p>	Limpeza Pública	As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, são compostas por varrição, lavagem de vias públicas e manutenção de praças públicas. Por se tratar de serviços não separáveis, ou seja, não são prestados separadamente para outros clientes, são considerados como uma única obrigação de desempenho “Limpeza Pública”. Conforme previsto nos contratos de prestação de serviço a obrigação de desempenho é cumprida ao fim de cada mês no qual são medidos os serviços que foram prestados de acordo com as metragens das vias, praças e logradouros cujo a limpeza foi executada. O Grupo Solví reconhece a receita de acordo com as medições mensais dos serviços executados.
		Coleta	As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta são decorrentes de: coletas de resíduos sólidos domiciliares, coleta de resíduos de poda de áreas públicas, e demais coletas. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente a outros clientes, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Coleta de Resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos coletados.
		Destinação final de resíduos	A obrigação de desempenho inerente à destinação final de resíduos em aterro, são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem depositada pelos coletores.
	Valorização energética	Venda de energia elétrica renovável	<p>As receitas com a venda de energia elétrica renovável são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários, agregando valor aos serviços de destinação final de resíduos públicos, prestados por entidades do Grupo.</p> <p>O Grupo Solví registra os valores contratuais no sistema de contabilização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a compradora deverá validar o registro para que ocorra a transferência pela vendedora à compradora de todos os direitos sobre a energia no ponto de entrega de acordo com as regras e procedimento de comercialização ente as partes.</p>

	Saneamento - O Grupo Solví presta serviços públicos e de administração de infraestrutura referente ao fornecimento de água e nos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários na condição de concessionária.	Fornecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitário	<p>O fornecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários não faturados até a data do balanço são mensurados e registrados contabilmente, a fim de possibilitar a contraposição dos custos e das receitas no respectivo exercício.</p> <p>As receitas provenientes dos serviços de abastecimento de água são reconhecidas com base no volume entregue aos clientes, registrados em medidores.</p>
Receita de venda de produtos	Receita de venda de Biogás		<p>As receitas com a venda de biogás são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários através da controlada Battre, que fornece o biogás à Termoverde Salvador.</p> <p>O Grupo Solví reconhece a receita de acordo ao montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros da Battre, gerando um relatório de medição para a aprovação da Termoverde Salvador.</p>
Receita de contrato de construção			<p>A receita de construção do Grupo Solví está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa nº 36. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção da conclusão do estágio de andamento do bem reversível. O planejamento de execução de obras de bens reversíveis é definido em contrato de concessão.</p>

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação monetária, descontos obtidos, empréstimos a receber e receita de juros sobre contrato de mútuos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, multas e moras financeiras, ajustes a valor presente das contas a receber, variação monetária, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, despesas de juros sobre contratos de mútuo e juros sobre financiamentos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

e. Transações em moeda estrangeira

Transações de operações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio utilizando-se a taxa média de cada mês.

f. Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa ASAIC na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

O Grupo Solví mantém investimentos em duas controladas em conjunto LimpAr Rosário S.A. e Logística Ambiental Mediterrânea S.A. – LAM. Os efeitos decorrentes da adequação ao IAS 29 foram levados ao Grupo por intermédio da equivalência patrimonial, resultando em impactos de R\$5.158 contra a conta de “Ajustes de avaliação patrimonial” nas Demonstrações do Resultado Abrangente e Patrimônio Líquido e de R\$698 contra a linha de despesas financeiras na Demonstrações do Resultado.

g. Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Solví tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) *Plano de contribuição definida*

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii) *Participação nos lucros*

O Grupo Solví reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual o Grupo Solví espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(iii) *Incentivo fiscal*

O incentivo fiscal tem como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

As controladas indiretas Termoverde Salvador S.A. e Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda., Águas Claras Ambiental Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda. e a controlada em conjunto Viasolo Engenharia Ambiental S.A., possuem incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

i. *Ativos mantidos para venda*

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

j. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimentos e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Solví.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo Solví obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº17.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

k. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) Bens reversíveis

São os bens diretamente vinculados ao contrato de concessão reversíveis ao poder concedente no encerramento do Contrato de Concessão, se previsto em contrato.

Alguns contratos preveem que o Grupo Solví terá direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados durante a concessão, com relação aos bens reversíveis ainda não totalmente amortizados, desde que realizados para garantir a continuidade dos serviços abrangidos pelo contrato.

Como ocorre em contratos semelhantes aos do Grupo Solví, quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão, conforme segue:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao Concessionário.

- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (Concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço.
- O Concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente.
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo Concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência.
- O Concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por valor residual ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pelo Grupo Solví sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1 (R1) – Contratos de concessão, quando:

- a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão;

O Concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- a) Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei;
- b) Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

(iv) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº18.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ágio não é amortizado.

I. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao

VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - ativos financeiros mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em suas demonstrações financeiras.

vi. *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

m. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

a. *Ativos financeiros não-derivativos*

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso para os títulos de clientes privados. Quanto aos títulos de clientes públicos o Grupo Solvi não possui histórico de perdas para esse tipo de cliente, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que o Grupo tenha histórico de atrasos de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Solví, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Grupo Solví possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, o Grupo Solví determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo Solví separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se o Grupo Solví concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação do Grupo Solví.

(ii) *Ativos arrendados*

Ativos mantidos pelo Grupo Solví sob arrendamentos que transferem para o Grupo Solví substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo Solví.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

p. Subvenções governamentais

Águas Claras Ambiental Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação, expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais da controlada Águas Claras, não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2027, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Águas Claras em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Battre - Bahia Transfêrencia e Tratamento de Resíduos Ltda.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2023, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Termoverde Salvador S.A.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Termoverde Salvador S.A. em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDENE.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Viasolo Engenharia Ambiental S.A. - Filial Montes Claros - MG

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação, concedeu redução de 75% do Imposto de Renda e adicional para a filial de Montes Claros - MG da controlada em conjunto Viasolo, calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2025.

A Viasolo em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

q. Demonstração do valor adicionado

O Grupo Solví elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante das suas demonstrações financeiras para as IFRS representam informação financeira suplementar.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Arrendamentos)

O Grupo Solví deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- A Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O Grupo Solví reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações, maquinários e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará porque o Grupo Solví reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo Solví anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

(i) Arrendamentos em que o Grupo Solví é um arrendatário

O Grupo Solví reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais referente locação de caminhões, veículos leves, locação de terrenos e imóveis. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo Solví reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo Solví anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Tendo em vista que as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estão em andamento, tais como, implementação do sistema, avaliação de contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação, e a metodologia para o cálculo das taxas de descontos, o Grupo Solví considera que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 nas demonstrações financeiras do Grupo Solví a partir da data de adoção inicial (1º de janeiro de 2019) na data destas demonstrações financeiras.

(ii) Transição

O Grupo Solví pretende aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo Solví planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

b) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Solví.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19);

- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

8 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Solví para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Solví, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Solví.

As atividades do Grupo Solví o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho do Grupo Solví tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

- **Risco de mercado**

Risco de câmbio

As operações efetuadas pelo Grupo Solví no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do Real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Grupo Solví em investimentos e resultado de equivalência patrimonial.

Abaixo apresentamos os principais valores, já convertidos em reais, que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: dólar americano (USD), sol peruano (SOL), boliviano (BOL) e peso argentino (ARS).

	Vega			Cia		
	Sucursal	Sucursal	Sucursal	Cia de	Innova	Vega
	Peru	Bolívia	Argentina	Inversiones	Perú	Peru
Ativo	1.324	118.208	13.650	102.647	87.737	148.260
Ativo circulante	553	93.864	1.355	89	49.339	86.162
Ativo não circulante	666	16.450	-	13.629	15.649	25.166
Ativo permanente	105	7.894	12.295	88.929	22.749	36.932
Passivo	1.324	118.208	13.650	102.647	87.737	148.260
Passivo circulante	15.319	94.824	1.702	324	40.854	7.307
Passivo não circulante	10.069	-	2.839	-	4.831	56.650
Patrimônio líquido	(24.064)	23.384	9.109	102.323	42.052	84.303
Moeda local	SOL	BOL	ARS	USD	SOL	SOL

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

R\$	2018	2017
USD	3,87	3,31
Sol Peruano	0,87	0,98
Boliviano	1,80	2,10
Peso Argentino*	9,73	5,67

* vide nota explicativa 6f.

Análise de sensibilidade

Uma valorização (ou desvalorização) do peso argentino, dólar americano, sol peruano e boliviano contra qualquer outra moeda em 31 de dezembro de 2018, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e aumentado (reduzido) o patrimônio apresentado através dos cenários II e III que foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável de acordo com os montantes demonstrados abaixo.

Exposição Patrimonial	Exposição (patrimônio líquido) R\$	Cotação em real do câmbio em 31/12/2018	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
			Consolidado				
USD	102.323	3,87	102.323	127.904	153.485	76.742	51.162
BOL	23.384	1,80	23.384	29.230	35.076	17.538	11.692
ARS	9.109	9,73	9.109	11.386	13.664	6.832	4.555
SOL	(2.292)	0,87	(2.292)	(2.865)	(3.438)	(1.719)	(1.146)
		Efeito		(33.131)	66.262	33.131	66.262

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que o Grupo Solví considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Solví decorre, substancialmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

O Grupo Solví realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Taxa de juros - média Efetiva em 31/12/2018	Cenários				
		I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
		Controladora				
Empréstimos e financiamentos	9,47%	15.501	15.647	15.793	15.355	15.209
Debêntures	9,89%	733.587	749.475	765.363	717.699	701.811
	Efeito no resultado		16.034	32.068	(16.034)	(32.068)

Consolidado						
Exposição Patrimonial	Taxa de juros - média	Cenários				
	Efetiva em 31/12/2018	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	9,47%	567.414	574.062	576.309	560.767	558.520
Debêntures	9,89%	853.672	869.718	885.765	837.625	821.578
	Efeito no resultado		<u>22.694</u>	<u>40.988</u>	<u>(22.694)</u>	<u>(40.988)</u>

Este risco surge da possibilidade que o Grupo Solví pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures.

O Grupo Solví monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco do Grupo Solví deixar de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém, nesses casos, não há um histórico efetivo de perda de crédito.

- ***Risco de créditos***

Risco de crédito é o risco do Grupo Solví incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Solví.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota Explicativa	Consolidado	
		2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	10.1	122.320	119.342
Títulos e valores mobiliários	10.2	18.615	17.556
Contas a receber	11	753.593	664.753
Ativo Financeiro	36.2	44.702	49.239
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	143.417	94.553
Outras contas a receber	12	230.062	41.298
Dividendos a receber	13	6.183	7.594
Ativos mantidos para venda	15	-	470.000
		1.318.892	1.464.335

Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo Solví ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Solví adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

- **Risco de liquidez**

A liquidez do Grupo Solví depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo Solví disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Solví, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2018	Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos(a)	5.389	4.962	6.711	17.062	15.501
Fornecedores e outras contas a pagar	30.810	24.973	-	55.783	55.783
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	78.504	-	78.504	78.504
Dividendos a pagar	340.336	30.000	-	370.336	70.336
Debêntures(a)	303.063	272.134	250.378	825.575	733.587
	679.598	410.573	257.089	1.347.260	953.711

Em 31 de dezembro de 2017	Controladora					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos(a)	19.576	15.096	56.137	261	91.070	84.018
Fornecedores e outras contas a pagar	44.938	38.701	-	-	83.639	83.639
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	209.110	-	-	209.110	209.110
Dividendos a pagar	18.798	-	-	-	18.798	18.798
Debêntures(a)	82.615	150.845	485.842	-	719.302	670.530
	165.927	413.752	541.979	261	1.121.919	1.066.095

Em 31 de dezembro de 2018	Consolidado					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos(a)	296.042	131.838	166.119	59.995	653.994	567.414
Fornecedores e outras contas a pagar	292.561	6.444	-	-	299.005	299.005
Notas promissórias	3.875	-	-	-	3.875	3.875
Mútuos a pagar a partes relacionadas	320	8.548	-	-	8.868	8.868
Dividendos a pagar	384.960	30.000	-	-	414.960	414.960
Debêntures(a)	328.410	307.599	314.714	-	950.723	853.672
	1.306.168	484.429	480.833	59.995	2.331.425	2.147.794

Em 31 de dezembro de 2017	Consolidado					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos(a)	367.743	160.641	340.811	87.155	956.350	843.387
Fornecedores e outras contas a pagar	238.994	3.415	-	-	242.409	242.409
Notas promissórias	6.050	-	-	-	6.050	6.050
Mútuos a pagar a partes relacionadas	138	7.299	-	-	7.437	7.437
Dividendos a pagar	61.347	-	-	-	61.347	61.347
Debêntures(a)	129.041	186.808	570.988	12.926	899.763	838.851
	803.313	358.163	911.799	100.081	2.173.356	1.999.481

(a)

Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

• **Gerenciamento de capital**

Os objetivos do Grupo Solví durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo Solví, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

O Grupo Solví adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total do passivo circulante e não circulante	1.337.506	1.083.933	2.814.407	2.626.806
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(13.807)	(193)	(122.320)	(119.342)
Dívida líquida	1.323.699	1.083.740	2.692.087	2.507.464
Patrimônio líquido	596.479	958.787	712.136	1.042.458
Índice de alavancagem	<u>2,22</u>	<u>1,13</u>	<u>3,78</u>	<u>2,41</u>

• **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

			Controladora			
			2018		2017	
Hierarquia			Valor	Valor	Valor	Valor
Valor justo	Categoria		contábil	justo	contábil	justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	13.807	13.807	193	193
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	13.702	13.702	4.847	4.847
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	183.705	183.705	4.001	4.001
Mútuo a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	39.738	39.738	9.992	9.992
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Custo amortizado	-	-	917	917
Dividendos a receber	Nível 2	Custo amortizado	26.549	26.549	157	157
Ativos mantidos para venda	Nível 2	Custo amortizado	-	-	470.000	470.000
Total			277.501	277.501	490.107	490.107
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros de capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	370.336	370.336	18.798	18.798
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	55.783	55.783	83.639	83.639
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	78.504	78.504	209.110	209.110
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	15.501	15.501	84.018	84.018
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	733.587	635.578	670.530	669.294
Total			1.253.711	1.155.702	1.066.095	1.064.859
			Consolidado			
			2018		2017	
Hierarquia			Valor	Valor	Valor	Valor
Valor justo	Categoria		contábil	justo	contábil	justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	122.320	122.320	119.342	119.342
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	753.593	753.593	664.753	664.753
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	230.062	230.062	41.298	41.298
Mútuo a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	143.417	143.417	94.553	94.553
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Custo amortizado	18.615	18.615	17.556	17.556
Dividendos a receber	Nível 2	Custo amortizado	9.183	9.183	7.594	7.594
Ativo financeiro	Nível 2	Custo amortizado	44.702	44.702	49.239	49.239
Ativos mantidos para venda	Nível 2	Custo amortizado	-	-	470.000	470.000
Total			1.321.892	1.321.892	1.464.335	1.464.335
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros de capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	414.960	414.960	61.347	61.347
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	299.005	299.005	242.409	242.409
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	8.868	8.868	7.437	7.437
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	567.414	567.414	843.387	843.387
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	853.672	825.306	838.851	838.215
Notas promissórias	Nível 2	Custo amortizado	3.875	3.875	6.050	6.050
Total			2.147.794	2.119.428	1.999.481	1.998.845

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, o Grupo entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

9 Aspectos ambientais

As operações do Grupo Solví estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

O Grupo Solví realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, vide nota explicativa nº 24b.

O Grupo Solví mantém provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, apenas para a controlada Guamá com base na nota explicativa nº 24c.

Para as demais empresas, o Grupo Solví não vê a necessidade de constituir provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, por conta dos fatores acima mencionados.

10 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

10.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	14	8	528	543
Bancos	101	185	63.974	37.934
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.692	-	57.818	80.865
Total	13.807	193	122.320	119.342

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 95% (83,33% em 2017), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

10.2 Títulos e valores mobiliários

O Grupo Solví cedeu parte dos seus depósitos bancários à vista no montante de R\$18.615 para garantia de empréstimos bancários. Estão registrados como títulos e valores mobiliários, a quantia de R\$2.735 (R\$1.595 em 2017) no ativo circulante e R\$15.880 (R\$15.961 em 2017) no ativo não circulante com uma remuneração atrelada à variação do CDI em média de 92,69% (84,51% em 2017)

A exposição do Grupo Solví aos riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 8.

11 Contas a receber de clientes

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Cientes Públicos:					
Valores faturados		-	-	303.112	303.605
Medições a faturar		-	-	142.555	189.514
Total Público		-	-	445.667	493.119
Cientes Privados:					
Valores faturados		813	348	177.410	97.084
Medições a faturar		-	-	106.077	58.453
Crédito de carbono		-	-	28.114	5.532
Total Privados		813	348	311.601	161.069
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(24.647)	(26.652)
Total de contas a receber de clientes		813	348	732.621	627.536
Partes relacionadas	22	12.889	4.499	20.972	37.217
Total		13.702	4.847	753.593	664.753
Ciculante		13.642	4.847	723.141	646.211
Não circulante		60	-	30.452	18.452

A exposição ao risco de crédito do Grupo está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa. O aging list do contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valores a vencer	12.675	2.140	300.939	234.383
Vencidos:				
Até 30 dias	425	155	145.047	149.178
Entre 31 e 60 dias	10	252	25.339	15.352
Entre 61 e 90 dias	9	-	18.716	16.588
Entre 91 e 180 dias	53	18	9.021	19.348
Entre 181 e 360 dias	127	380	21.496	35.739
Acima de 360 dias	403	1.902	257.682	220.817
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(24.647)	(26.652)
Total	13.702	4.847	753.593	664.753

A provisão para crédito de liquidação duvidosa considera essencialmente clientes privados e foi constituída com base em análises de riscos de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

Embora os saldos vencidos a mais de 180 dias se refiram a clientes públicos, o Grupo Solví não possui histórico de perdas para esse tipo de cliente, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que o Grupo tenha histórico de atrasos de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos

abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios.

A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber consolidado possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$7.349 (R\$7.349 em 2017) da Prefeitura do Município de Montes Claros, e R\$25.458 (R\$32.983 em 2017) da Prefeitura de Salvador. Para esses casos, o Grupo Solví mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Em outubro de 2014, houve confissão de dívida da Prefeitura Municipal de São Leopoldo no montante de R\$23.663, que foram renegociados a serem recebidos em 119 meses. Desde abril de 2015 a Prefeitura parou de efetuar os pagamentos. Este assunto está sendo tratado judicialmente, atualmente o valor está em R\$31.443. Adicionalmente a prefeitura efetuou pagamentos nos meses de Maio e Agosto de 2016 totalizando o valor de R\$1.224 dos títulos renegociados.

Em 2018, os títulos em atraso junto a Prefeitura Municipal de São Bernardo, no montante de R\$72.464 (R\$61.215 em 2017), a Companhia está no aguardo do relatório da FIPE (auditoria contratada pela PMSBC) que apontará o montante devido para o efetivo pagamento. Caso exista diferença do saldo devedor apontado pela auditoria as sócias podem ingressar na justiça para cobrar os valores em aberto.

Em 2016, foi encerrado junto à Prefeitura Municipal de Canoas o contrato de varrição, sendo o contas a receber celebrado contrato de confissão de dívida. Atualmente, o Grupo Solví está apenas administrando o aterro sanitário da prefeitura.

Em 22 de agosto de 2018, foi assinada a proposta para renegociação da dívida entre a Prefeitura de Canoas e a Revita. O recebimento do contas a receber ocorreu em janeiro de 2019, conforme divulgado na nota explicativa 38.2.

12 Outras contas a receber

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Contas a receber venda de investida (a)		174.568	-	174.568	-
Folha de pagamento		1.154	1.066	9.678	11.768
Impostos		-	-	7.764	5.730
Seguros a apropriar e licenças		1.408	1.641	7.471	6.761
AFAC	22	5.374	-	22.486	5.869
JCP	22	1.200	1.200	-	-
Outras conta a receber		-	94	8.096	11.170
Total		183.704	4.001	230.063	41.298

- (a) A Companhia efetivou a venda de 100% da investida CSN (e controladas do Grupo CSN) ao Grupo AEGEA em Junho de 2018 no montante total de R\$830.870. Deste valor o montante de R\$254.952 foi depositado ao Grupo SAAB que era detentor de 25,5% da CSN, e do remanescente foram recebidos efetivamente ao longo de 2018 o montante de R\$401.305, restando da operação o total de R\$174.568.

O montante remanescente de R\$174.568 será recebido da seguinte forma:

- R\$142.281 encontra-se depositado em conta *escrow* cujo a liberação deste recurso está condicionada: (i) à decisão final, transitada em julgado, no processo PIS e COFINS que encontra-se em andamento, instaurado pela Manaus Ambiental S.A. (controlada da CSN); (ii) ao término das obrigações de indenização da Solvi no âmbito do contrato; ou (iii) à substituição desta garantia por cartas fianças; e
- R\$32.287 a ser pago pela AEGEA, cujo vencimento ocorrerá em fevereiro de 2020.

Em 2019, conforme descrito na nota explicativa nº38.5, a Companhia conseguiu a liberação do recurso depositado em conta *escrow*, mediante a emissão de cartas fianças que garantirão eventual necessidade de devolução do montante caso o processo de PIS e COFINS seja desfavorável.

13 Dividendos a receber e a pagar

O estatuto social ou o contrato social da Companhia e de suas investidas determinam a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório sobre o resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a receber e a pagar são compostos como seguem:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a receber		Saldo a pagar		Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controladora:								
<i>Solvi Environment</i>	-	-	340.336	18.798	-	-	340.336	18.798
Controladas:								
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-	999	999
<i>Innova Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	4.142	3.182
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	21.607	-	-	-	-	-	-	-
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	1.736	-	-	-	-	-	-	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	9.497	9.497
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	3.889	5.580
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	-	-	-	-	-	-	16.055	10.377
<i>Vega Engenharia S.A.</i>	24.501	-	-	-	-	-	-	-
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	6.529	12.898
<i>Solvi Investments</i>	-	-	30.000	-	-	-	30.000	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	3.030	16
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda</i>	312	157	-	-	-	-	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-	483	-
Controladoras em conjunto:								
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	1.137	1.871	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	-	-	-	-	696	696	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	-	-	-	-	-	1.168	-	-
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	-	-	-	-	10	-	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	3.063	2.709	-	-
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	232	79	-	-
<i>GLA - Gestãp e Logística Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	829	-	-
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	-	-	-	-	1.045	242	-	-
Total	48.156	157	370.336	18.798	6.183	7.594	414.960	61.347
Circulante	48.156	157	40.336	18.798	6.183	7.594	84.960	61.347
Não circulante	-	-	330.000	-	-	-	330.000	-

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquido já remanescentes dos dividendos propostos e pagos no ano.

14 Imposto a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ	16.174	19.623	44.188	49.498
CSLL	5.576	5.980	12.193	13.774
COFINS	-	4	20.448	18.324
PIS	-	1	4.176	3.822
INSS	22	-	9.463	11.297
ISS	-	-	10.102	5.531
Outros créditos tributários	-	-	3.924	2.256
Total	21.772	25.608	104.494	104.502

15 Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração se comprometeu com um plano para vender seu investimento indireto na controlada em conjunto Companhia de Saneamento do Norte. Assim, todo o investimento foi mantido como ativo mantido para venda. Os esforços para a venda desse grupo de ativos se iniciaram em 2017 e a venda ocorreu após a aprovação dos poderes concedentes, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e dos credores.

Conforme Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Companhia de Saneamento do Norte (“CSN”) e Manaus Ambiental S.A. (“MA”) celebrado em 21 de fevereiro de 2018 entre Solví Participações S.A. (“Solví” ou “Vendedora”), na qualidade de vendedora, e Igarapé Sustentabilidade S.A. (“Igarapé” ou “Compradora”), como sucessora da AEGEA Saneamento e Participações S.A. (“AEGEA”), observados os termos de condições previstos e sujeitos ao cumprimento das condições precedentes para o fechamento, conforme aditado em 15 de junho de 2018, tais condições foram satisfatoriamente cumpridas ou devidamente dispensadas.

Sendo que as partes concluíram o processo de aquisição da Companhia de Saneamento do Norte e a AEGEA passa a ser responsável pela prestação dos serviços de água e esgoto em Manaus (AM) em 2018. durante o ano de 2018.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável relativa ao ativo mantido para venda*

Uma provisão de R\$ 97.789 foi reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e outra de R\$161.038 foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas para redução ao valor recuperável sobre o ativo mantido para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda foi registrada em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado do exercício (veja nota explicativa nº32).

(b) *Ativos mantidos para venda*

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo mantido para venda estava apresentado ao valor justo menos custo para venda no montante de:

Controladora			
	Participação	2017	
Preço de venda (valor justo)		470.000	(a)
Valor Contábil do Investimento			
Investimento da controlada SPPS na CSN	50%	371.789	
Investimento da controlada EMPPA na CSN	24,50%	259.249	
Perda ao valor recuperável reconhecido na EMPPA		(63.249)	
TOTAL		567.789	(b)
Provisão de redução ao valor recuperável		(97.789)	(a) - (b)

Consolidado			
	Participação	2017	
Preço de venda (valor justo)		470.000	(a)
Valor Contábil do Investimento			
Investimento da controlada SPPS na CSN	50%	371.789	
Investimento da controlada EMPPA na CSN	24,50%	259.249	
TOTAL		631.038	(b)
Provisão de redução ao valor recuperável		(161.038)	(a) - (b)

(c) *Ganhos e perdas acumulados incluídos nos Outros Resultados Abrangentes - ORA*
Não há ganhos ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) *Mensuração do valor justo*
Hierarquia dos valores justos

A mensuração do valor justo foi definida de acordo com o contrato de compra e venda firmado em 21 de fevereiro de 2018 realizado entre partes independentes.

16 Investimentos

16.1 Composição dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os saldos dos investimentos são compostos como segue:

Solvi Participações S.A.	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participações em controladas				
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	10	191	-	-
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	102.323	77.941	-	-
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	-	(70)	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	370.723	324.707	-	-
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	251.209	268.252	-	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	19.013	-	-
Koleta Ambiental S.A.	31.468	12.811	-	-
Revita Engenharia S.A.	384.188	357.607	-	-
Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	46	(4.732)	-	-
Solvi Valorização Energética Ltda.	28.106	12.194	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	60.978	54.362	-	-
	1.229.051	1.122.275	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura				
Essencis Soluções Ambientais S.A.	398.722	398.722	-	-
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	-	39	-	-
	398.722	398.761	-	-
Participações em empreendimentos controlados em conjunto				
<i>Participações Diretas</i>				
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	-	-	-	-
<i>Participações Indiretas</i>				
Biotérmica Energia S.A.	-	-	61	10
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	-	-	(6.688)	(656)
Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	-	790	790
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	-	-	11.168	9.588
Logística Ambiental Mediterrânea - LAM	-	-	1.439	-
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	-	-	4.558
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	-	-	5	5
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	-	-	13.649	14.214
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos (a)	-	-	34.924	39.766
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	17.044	17.483
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	-	1.569	1
Hera Ambiental S.A.	-	-	4.389	3.876
Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	-	3.734	3.749
Vega Sucursal LimpAr	-	-	10.855	8.411
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	23.667	21.652
	-	-	116.606	123.447
Ágio por expectativa de rentabilidade futura				
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	-	-	4.463	4.463
Hera Ambiental S.A.	-	-	2.284	2.284
Biotérmica Energia S.A.	-	-	1.482	1.482
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	-	-	2.187
	-	-	8.229	10.416
Total das participações	1.627.773	1.521.036	124.835	133.863

As movimentações dos investimentos são demonstrados a seguir:

Solví Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Movimentação do investimento na controladora

	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aquisição de controle	Perda / Ganho investimento	Cisão / Incorporação	Aumento / Redução de capital	Dividendos / JCP	Varição Cambial	Efeito de hiperinflação em investimentos na Argentina	Equivalência de adoção do PERT	Saldo em 31/12/2018
Compañia de Inversiones Ambientales S.A. - CIA	77.941	14.842	-	-	-	-	(1.736)	11.276	-	-	102.323
Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda	(4.732)	316	-	-	4.416	-	-	-	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	324.707	45.488	-	-	-	-	-	-	-	528	370.723
Essencis Soluções Ambientais S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	268.252	(17.043)	-	-	-	-	-	-	-	-	251.209
Koleta Ambiental S.A.	12.811	(4.561)	-	1.716	21.505	-	-	-	-	-	31.471
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	19.013	2.491	-	-	(21.504)	-	-	-	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	54.362	46.538	-	-	(14.118)	17.588	(44.961)	(3.756)	5.158	165	60.976
Solví Valorização Energética Ltda	12.194	15.912	-	-	-	-	-	-	-	-	28.106
Revita Engenharia S.A.	357.607	4.194	-	-	-	17.695	-	-	-	4.692	384.188
Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda	-	(506)	-	-	552	-	-	-	-	-	45
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	191	313	-	-	-	-	(494)	-	-	-	10
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	(70)	(10)	-	-	80	-	-	-	-	-	-
	1.122.275	107.974	-	1.716	(9.069)	35.283	(47.191)	7.520	5.158	5.385	1.229.051
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</i>											
Essencis Soluções Ambientais S.A.	398.722	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398.722
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	39	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-
	398.761	-	-	-	-	-	-	-	-	-	398.722
Total de investimento na controladora	1.521.036	107.974	-	1.716	(9.069)	35.283	(47.191)	7.520	5.158	5.385	1.627.773

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Movimentação do investimento no consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aquisição de controle	Perda / Ganho investimen to	Cisão / Incorporaç ão	Aumento / Redução de capital	Dividendos / JCP	Variação Cambial	Efeito de hiperinflação em investimentos na Argentina	Equivalência de adoção do PERT	Saldo em 31/12/2018
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	17.483	3.415	-	-	-	-	(3.854)	-	-	-	17.044
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.588	3.547	-	-	-	-	(1.967)	-	-	-	11.168
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.558	802	(6.161)	-	-	-	271	-	-	530	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	21.652	2.016	-	-	-	-	-	-	-	-	23.667
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Co.le Cons. Ltda - BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	(656)	(6.032)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.688)
Hera Ambiental S.A.	3.876	673	-	-	-	-	(160)	-	-	-	4.389
Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líq	3.749	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.734
Biotérmica Energia S.A.	10	1.100	-	-	-	-	(1.045)	-	-	-	61
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	14.214	(564)	-	-	-	-	-	-	-	-	13.649
Vega Sucursal LimpAr	8.411	2.104	-	-	-	-	(1.055)	(3.378)	4.774	-	10.855
Essencis Soluções Ambientais S.A. - Participação sobre valor justo	39.766	(4.841)	-	-	-	-	-	-	-	-	34.925
Logística Ambiental Mediterrânea - LAM	-	(336)	-	-	-	-	-	1.390	384	-	1.438
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	5	4	-	-	-	-	(4)	-	-	-	5
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	1	3.187	1	-	-	-	(1.620)	-	-	-	1.569
	123.447	5.059	(6.160)	-	-	-	(9.434)	(1.988)	5.158	530	116.606
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</i>											
Hera Ambiental S.A.	2.284	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.284
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.482
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	2.187	-	-	(2.187)	-	-	-	-	-	-	-
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltc	4.463	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.463
	10.416	-	-	(2.187)	-	-	-	-	-	-	8.229
Total de investimento no consolidado	133.863	5.059	(6.160)	(2.187)	-	-	(9.434)	(1.988)	5.158	530	124.835

Solví Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Movimentação do investimento na controladora

	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Equivalência sobre baixa de ágio	Aquisição / (Alienação) de investimentos	Ganho / (Perda) investimento	Incorporação / (Cisão) de investidas	Aumento / Redução de capital	Dividendos distribuídos	Variação Cambial	Ativo não circulante mantido para venda	Ativo fiscal diferido reconhecido na controlada	Saldo em 31/12/2017
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	-	56	-	1.900	(1.608)	-	-	(157)	-	-	-	191
Companhia de Projetos Ambientais	(46.471)	(64.546)	(333.487)	-	-	(225.530)	670.034	-	-	-	-	-
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	65.826	9.904	-	-	-	-	-	-	2.211	-	-	77.941
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	-	(63.249)	-	-	(41.436)	-	259.179	-	-	(154.564)	-	(70)
Essencis Soluções Ambientais S.A.	77.090	19.710	-	-	-	108.743	-	(4.682)	-	-	123.846	324.707
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	140.798	(6.671)	134.125	-	-	-	-	-	-	-	-	268.252
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	18.289	7.245	-	-	-	-	-	(6.521)	-	-	-	19.013
Koleta Ambiental S.A.	19.594	(6.326)	-	-	(457)	-	-	-	-	-	-	12.811
Revita Engenharia S.A.	363.234	(19.149)	(8.442)	-	-	16.843	45.121	(40.000)	-	-	-	357.607
Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	363.813	3.244	-	-	(56.353)	-	-	-	-	(315.436)	-	(4.732)
Solví Valorização Energética Ltda.	9.331	13.506	-	-	-	-	-	(10.643)	-	-	-	12.194
Vega Engenharia Ambiental S.A.	63.195	28.446	-	-	(272)	(35.824)	-	-	(1.183)	-	-	54.362
	1.074.698	(77.830)	(207.804)	1.900	(100.126)	(135.768)	974.334	(62.003)	1.028	(470.000)	123.846	1.122.275
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</i>												
Essencis Soluções Ambientais S.A.	199.361	-	199.361	-	-	-	-	-	-	-	-	398.722
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	39
	199.361	-	199.361	-	-	39	-	-	-	-	-	398.761
Total de investimento na controladora	1.274.059	(77.830)	(8.442)	1.900	(100.126)	(135.729)	974.334	(62.003)	1.028	(470.000)	123.846	1.521.036

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Movimentação do investimento no consolidado	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aquisição / (Alienação) de investimentos	Ganho / (Perda) investimento	Aumento / Redução de capital	Dividendos distribuídos	Variação Cambial	Ativo não circulante mantido para venda	Ajuste de patrimônio líquido na controlada	Saldo em 31/12/2017
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	1.616	702	(1.184)	(2.601)	-	1.467	-	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	(876)	1.130	-	-	-	(244)	-	-	-	10
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	657	(1.313)	-	-	-	-	-	-	-	(656)
Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	791	(1)	-	-	-	-	-	-	-	790
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.415	3.347	-	-	-	(3.174)	-	-	-	9.588
Companhia de Saneamento do Norte S.A.	429.120	31.656	-	-	-	-	-	(460.776)	-	-
Companhia de Saneamento do Norte S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	170.262	-	-	(161.038)	-	-	-	(9.224)	-	-
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.496	620	-	-	-	(558)	-	-	-	4.558
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	5	3	-	-	-	(3)	-	-	-	5
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	14.320	(106)	-	-	-	-	-	-	-	14.214
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	17.182	3.010	-	-	-	(2.709)	-	-	-	17.483
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	2.076	1	-	-	(2.076)	-	-	-	1
Hera Ambiental S.A.	3.841	46	-	-	-	(11)	-	-	-	3.876
Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	3.763	(14)	-	-	-	-	-	-	-	3.749
Vega Sucursal Limp Ar	6.636	3.955	-	-	-	-	(2.180)	-	-	8.411
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	16.672	2.711	-	-	2.269	-	-	-	-	21.652
Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos (a)	42.852	(3.086)	-	-	-	-	-	-	-	39.766
SBC Valorização de Resíduos Ltda - Resultado de exercícios anteriores	-	(4.271)	-	-	-	-	-	-	4.271	-
	720.752	40.464	(1.183)	(163.639)	2.269	(7.308)	(2.180)	(470.000)	4.271	123.447
Ágio por expectativa de rentabilidade futura										
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	4.463	-	-	-	-	-	-	-	-	4.463
Hera Ambiental S.A.	2.284	-	-	-	-	-	-	-	-	2.284
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	-	-	-	1.482
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	2.187	-	-	-	-	-	-	-	-	2.187
	10.416	-	-	-	-	-	-	-	-	10.416
Total de investimento no consolidado	731.168	40.464	(1.183)	(163.639)	2.269	(7.308)	(2.180)	(470.000)	4.271	133.863

Informações relativas à controladora

31/12/2018

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas				
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	10	100%	10	313
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	62.415	100%	102.323	14.842
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA	-	100%	-	(10)
Essencis Soluções Ambientais S.A.	129.195	100%	370.723	45.488
Essencis - Valor justo dos ativos líquidos	-	100%	251.209	(17.043)
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	100%	-	2.491
Koleta Ambiental S.A.	101.017	53,63%	58.675	(7.317)
Revita Engenharia S.A.	255.103	100%	384.188	4.194
Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	552	100%	46	(506)
Solvi Valorização Energética Ltda.	12.194	100%	28.106	15.912
Vega Engenharia Ambiental S.A.	28.823	100%	60.978	46.461
Controladas em conjunto				
<i>Essencis MG Soluções Ambiental S.A.</i>	6.083	67%	25.438	5.122
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	2.800	54%	20.681	6.568
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda</i>	-	65%	-	1.234
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	21.367	51%	46.405	3.952
<i>BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Col.e Cons. Ltda - M</i>	4.548	51%	(13.114)	(11.827)
<i>BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	51,00%	1.549	-
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	7.058	50,00%	8.778	1.346
<i>Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquido:</i>	-	50,00%	7.468	(30)
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	7	70%	87	1.571
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR</i>	48.824	28%	49.633	(2.051)
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	584	60%	18.094	3.506
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A. - Participação sobre valor justo dos</i>	-	100%	-	(4.841)
<i>Logística Ambiental Mediterrânea - LAM</i>	2.878	49%	2.936	(685)
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda</i>	500	1%	500	383
<i>GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	1	62%	2.516	5.115

Informações relativas à controladora

Empresa	31/12/2017			
	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	10	100%	191	56
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	100%	-	(64.546)
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	53.285	100%	77.941	9.904
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA</i>	248.840	100%	195.930	(52.871)
<i>Ativo mantido para venda - Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A. - EMPPA</i>			(196.000)	(41.436)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	129.196	100%	324.707	39.419
<i>Essencis - Valor justo dos ativos líquidos</i>	-	100%	268.252	(13.342)
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	1.576	100%	19.014	7.245
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	57.760	56,35%	22.736	(8.527)
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	234.678	100%	357.607	(19.149)
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	321.017	100%	367.057	3.244
<i>Ativo mantido para venda - Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda</i>			(371.789)	(56.353)
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	12.194	100%	12.194	13.506
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	25.353	100%	54.362	28.446

Informações relativas ao consolidado

<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	3.168	0%	3.168	1.712
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	7	70%	14	1.613
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	4.548	51%	(1.287)	(2.574)
<i>Boechat - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	51%	1.549	(3)
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	2.800	54%	17.755	6.198
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	455.327	74,50%	-	42.491
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	74,50%	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	4.145	65%	7.013	954
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	500	1%	500	289
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR</i>	48.824	27,50%	51.688	(382)
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	6.083	66,67%	26.223	4.515
<i>GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	1	62,35%	1	3.332
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	7.058	50%	7.752	92
<i>Hera - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	50%	7.498	(28)
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	1.001	60%	14.018	6.591
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	21.367	51%	42.454	5.315
<i>Essencis - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	100%	39.765	(3.086)
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda - Resultado de exercícios anteriores</i>	-	75%	-	(5.695)

16.2 Alterações na estrutura societária

Durante o ano de 2018 foram efetuadas alterações na estrutura societária com o objetivo de adequar a estrutura organizacional e societária das entidades do Grupo às necessidades operacionais e funcionais. As principais alterações estão descritas a seguir:

Constituição de sociedade – Logística Ambiental Mediterrânea S.A.

Conforme escritura 144 - Seção A na Cidade de Cordoba na Argentina, em 22 de junho de 2018 foi constituída a Companhia Logística Ambiental Mediterrânea S.A. através dos sócios Vega Engenharia Ambiental S.A. – Sucursal Argentina, participação direta da Companhia em 49% e controlada em conjunto por Caputo S.A.I.C y F, com 51%, com o objeto social exclusivo para

prestação de serviços de limpeza urbana e gestão de resíduos, coleta de resíduos urbanos (domiciliares ou semelhantes), e o transporte dos mesmos, varrição das vias e espaços públicos, em cumprimento da concessão pública firmada com o Município de Córdoba. Licitação pública Nacional e Internacional em 10 de setembro de 2018, com o prazo de vigência desse contrato de 20 anos.

Aumento de capital social – Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda (“Battre”)

Conforme a 7ª Alteração do Contrato Social instituída em 03 de setembro de 2018, os sócios decidiram aumentar o capital social da Empresa, passando de R\$1.400 para o montante atual de R\$13.708, tendo um aumento de R\$12.308 quotas, com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC na data de 31 de julho de 2018.

Aumento de capital social – Revita Engenharia S.A (“Revita”)

De acordo com a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 10 de abril de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da sociedade o valor de R\$925 passando de R\$234.678, para o montante atual de R\$235.603. A integralização do montante ocorreu através da conversão de crédito mediante a assunção de dívida celebrada com a Solví Participações S.A., mediante a conversão de crédito de mútuo por ela detido em face da sociedade.

Conforme as Atas de Assembleia Geral Extraordinária instituídas em 31 de dezembro de 2018, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$235.603 para o montante atual de R\$252.373, tendo um aumento de R\$16.770. A integralização do montante ocorreu através da conversão de crédito mediante a assunção de dívida celebrada com a Solví Participações S.A., a conversão de crédito de mútuo por ela detido. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 estava representado por 252.373.189 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$252.373 registrado na rubrica “Capital social”.

Aumento de capital social – SL Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“SLA”)

De acordo com a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 03 de setembro de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da SLA, passando de R\$35.470 para o montante atual de R\$49.082, tendo um aumento de R\$13.612 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC.

Aumento de capital social – Rio Grande Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“RGA”)

De acordo com a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 03 de setembro de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da RGA, passando de R\$11.435 para o montante atual de R\$31.463, tendo um aumento de R\$20.028 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC.

Aumento de capital social –Vega Engenharia Ambiental S.A. (“Vega”)

De acordo com a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 03 de setembro de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da Vega, passando de R\$25.353 para o montante atual de R\$42.941, tendo um aumento de R\$17.588 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Solví Participações S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC.

Aumento de capital social –São Carlos Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda. (“São Carlos”)

Conforme a 7ª Alteração do Contrato Social instituída em 03 de setembro de 2018, os sócios decidiram aumentar o capital social da São Carlos, passando de R\$10 para o montante atual de R\$8.959, tendo um aumento de R\$8.949 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC.

Aumento de capital social –Logística Ambiental de São Paulo S.A. (“Loga”)

De acordo com a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 30 de abril de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da Loga, passando de R\$29.416 para o montante atual de R\$31.899, tendo um aumento de R\$2.483 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Solví Participações S.A. mediante a capitalização da Reserva Legal, os acionistas fizeram constar que, do capital social total subscrito no valor de R\$ 60.650, o montante de R\$ 31.899 encontra-se integralizado e o montante de R\$ 28.751 será integralizado nos termos e condições estabelecidos nos respectivos Boletins de Subscrição firmados pelos acionistas quando da subscrição das ações de emissão da Loga.

Alterações societárias - Ecototal Sistemas de Gestão Ltda

Conforme instrumento particular oitava alteração e consolidação social da empresa Ecototal Sistemas de Gestão Ltda em 07 de maio de 2018, os cedentes assinaram a cessão de quotas à Essencis Soluções Ambientais S.A., deixando assim de ser sócios da Ecototal, bem como não possuirão quaisquer poderes de representação nesta sociedade. Desta forma a partir de junho de 2018 a Ecototal passou a ser controlada pelo Grupo, sendo assim todos seu ativos, passivos e resultados posteriores à 1º de junho de 2018 passaram a ser consolidados.

Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Total da Empresa de Participação em Projetos de Saneamento Ltda. e Incorporação das Parcelas Cindidas por Solví Saneamento Ltda. e Solví Participações S.A.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 08 de junho de 2018, foi aprovada a cisão total e a incorporação das parcelas cindidas da Empresa de Participação em Projetos de Saneamento Ltda. nas Companhias Solví Saneamento Ltda. e Solví Participações S.A.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 08 de junho de 2018, foi aprovada em decorrência da cisão da Empresa de Participação em Projetos de Saneamento Ltda o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$16.625, passando o capital dos atuais R\$112.571 para R\$129.196 com a emissão de 16.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à única acionista da Solví Participações S.A.

17 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em Bens de Terceiros	20	472	(226)	246	274
Maquinas e Equipamentos	12,5	8	(7)	1	2
Móveis e utensílios	10	660	(274)	386	747
Equipamentos de informática	23,5	1.804	(1.676)	128	227
Imobilizado em andamento	-	853	-	853	154
		3.797	(2.183)	1.614	1.404

As mutações do imobilizado da controladora em 2018 e 2017 estão demonstradas conforme seguem:

Custo do Imobilizado	2016	Adição	Transferência	2017	Adição	Baixa	Transferência	2018
Benfeitorias em Bens de Terceiros	193	-	279	472	-	-	-	472
Maquinas e Equipamentos	8	-	-	8	-	-	-	8
Móveis e utensílios	624	580	-	1.204	20	(564)	-	660
Equipamentos de informática	2.719	36	-	2.755	32	(983)	-	1.804
Imobilizado em andamento	685	142	(673)	154	840	-	(141)	853
	4.229	758	(394)	4.593	892	(1.547)	(141)	3.797
Depreciação	2016	Depreciação	Transferência	2017	Depreciação	Baixa	Transferência	2018
Benfeitorias em Bens de Terceiros	(193)	(5)	-	(198)	(28)	-	-	(226)
Maquinas e Equipamentos	(5)	(1)	-	(6)	(1)	-	-	(7)
Móveis e utensílios	(379)	(78)	-	(457)	(104)	287	-	(274)
Equipamentos de informática	(2.376)	(152)	-	(2.528)	(97)	949	-	(1.676)
	(2.953)	(236)	-	(3.189)	(230)	1.236	-	(2.183)
Líquido	1.276	522	(394)	1.404	662	(311)	(141)	1.614

Parte dos valores transferidos são reclassificações do ativo imobilizado em andamento para ativos em operação, e parte refere-se à transferência envolvendo software no ativo intangível. Conforme nota explicativa nº18.

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média	2018			2017	
		Anual %	Custo	Depreciação	Redução de	
					Imparidade	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	(*)	571.091	(331.147)	-	239.944	237.402
Terrenos e edificações e construção civil	5	94.189	(40.678)	-	53.511	54.023
Benfeitorias em bens de terceiros	10	55.371	(36.693)	-	18.678	20.597
Máquinas e equipamentos	10	386.493	(174.169)	-	212.324	207.549
Móveis e utensílios	10	10.761	(7.161)	-	3.600	4.311
Equipamentos de informática	20	19.705	(16.693)	-	3.012	2.948
Veículos e equipamentos	20	232.693	(159.360)	-	73.333	69.778
Central de triagem	10	10	(2)	-	8	8
Imobilizado em andamento	-	127.728	-	-	127.728	85.808
Redução de imparidade		-	-	5.726	(12.013)	(17.739)
		1.498.041	(765.903)	5.726	720.125	664.685

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

As mutações do imobilizado consolidado em 2018 e 2017 estão demonstradas conforme seguem:

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Custo do Imobilizado	2016	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros			2017	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros			2018
						Variação Cambial	Redução por avaliação de imparidade	Reversão da avaliação de imparidade						Variação Cambial	Reversão da avaliação de imparidade		
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:																	
Aterro e infra em aterros	481.664	12.339	(112)	12.311	-	14.451	168	-	520.821	5.072	-	21.009	24.067	-	122	-	571.091
Terrenos Edificações e Construção Civil	88.859	7.755	(1.085)	(6.638)	-	-	137	-	89.028	447	(7)	588	3.878	-	255	-	94.189
Benfeitorias em bens de terceiros	57.731	-	(2.375)	279	-	-	-	-	55.635	-	(318)	54	-	-	-	-	55.371
Máquinas e equipamentos	376.556	7.635	(17.698)	183	-	-	463	-	367.139	29.174	(10.757)	(1.182)	664	-	1.455	-	386.493
Móveis e utensílios	11.782	1.016	(710)	-	-	-	24	-	12.112	613	(2.104)	(46)	99	-	87	-	10.761
Equipamentos de informática	20.963	1.406	(1.400)	7	11	-	74	-	21.061	1.480	(3.134)	7	93	-	198	-	19.705
Veículos e equipamentos	221.320	3.688	(19.198)	62	-	-	941	-	206.813	31.709	(13.108)	1.785	-	-	5.494	-	232.693
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	54.567	37.444	235	(6.604)	-	-	166	-	85.808	61.084	(1.804)	(22.368)	3.614	-	1.394	-	127.728
Redução por avaliação	-	-	-	-	-	-	-	(17.739)	(17.739)	-	-	-	-	-	-	5.726	(12.013)
	1.313.452	71.283	(42.343)	(400)	11	14.451	1.973	(17.739)	1.340.688	129.579	(31.232)	(153)	32.415	-	9.005	5.726	1.486.028
Depreciação																	
Depreciação	2016	Depreciação	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros			2017	Depreciação	Baixa	Transferência	Reorganização Societária	Custo de fechamento e monitoramento de aterros			2018
						Variação Cambial	Redução por avaliação de imparidade	Reversão da avaliação de imparidade						Variação Cambial	Reversão da avaliação de imparidade		
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:																	
Aterro e infra em aterros	(237.128)	(31.828)	-	(12)	-	(14.451)	-	-	(283.419)	(38.112)	-	-	(9.606)	-	(10)	-	(331.147)
Edificações e Construção Civil	(32.320)	(3.632)	960	58	-	-	(71)	-	(35.005)	(4.631)	4	-	(918)	-	(128)	-	(40.678)
Benfeitorias em bens de terceiros	(33.218)	(4.160)	2.340	-	-	-	-	-	(35.038)	(1.972)	317	-	-	-	-	-	(36.693)
Máquinas e equipamentos	(142.464)	(30.991)	14.078	35	-	-	(248)	-	(159.590)	(24.437)	8.666	936	(401)	-	(729)	1.386	(174.169)
Móveis e utensílios	(7.402)	(947)	564	-	-	-	(16)	-	(7.801)	(873)	1.588	30	(49)	-	(56)	-	(7.161)
Equipamentos de informática	(17.770)	(1.484)	1.161	42	(2)	-	(60)	-	(18.113)	(1.287)	3.036	(72)	(80)	-	(177)	-	(16.693)
Central de triagem	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Veículos e equipamentos	(126.269)	(28.599)	18.570	(118)	-	-	(619)	-	(137.035)	(28.893)	11.266	(894)	-	-	(3.804)	-	(159.360)
	(596.573)	(101.641)	37.673	5	(2)	-	(1.014)	-	(676.003)	(100.205)	24.877	-	(11.054)	-	(4.904)	1.386	(765.903)
Líquido	716.879	(30.358)	(4.670)	(395)	9	-	959	(17.739)	664.685	29.374	(6.355)	(153)	21.361	-	4.101	7.112	720.125

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval das empresas do Grupo Solví. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos por meio de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos por meio da alienação fiduciária dos bens.

Imobilizados em andamento

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais ativos em construção referem-se a aterros sanitários.

Redução ao valor recuperável

O Grupo Solví avalia a recuperabilidade dos ativos ao mínimo anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização. Em 2017 o Grupo Solví verificou a existência de indicativos de não recuperabilidade na controlada indireta Guamá, avaliados através do valor em uso determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC, sendo identificado a necessidade de reconhecimento de perda total dos ativos por desvalorização para as UGCs do aterro de Marituba no montante de R\$17.739. Para o exercício de 2018 não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável dos ativos pertencentes ao Grupo Solví, desta forma não foram reconhecidas perdas adicionais.

Os indicativos de desvalorização identificados para os ativos listados acima, foram principalmente: (i) prejuízos futuros no fluxo de caixa descontado (ii) não haver mensuração do valor comercial do ativo; (iii) andamento das obras inerentes a recuperação das lagoas de chorume.

As reversões reconhecidas referem-se à depreciação dos ativos que foram base para o *impairment* ao longo do ano de 2018, e para neutralizar o efeito desta depreciação no resultado, realizamos a reversão do *impairment*.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentados como segue:

Projeção até 2023(final do contrato);
 Preço médio por tonelado de resíduo aproximadamente R\$73,00;
 Volume médio de resíduos de aproximadamente 547.000 ton/ano; e
 Taxa de deconconto de 10,03%

18 Intangível

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2018		2017	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	20	18.851	(15.564)	3.287	3.472
Licença de direitos de uso	-	760	(344)	416	568
		<u>19.611</u>	<u>(15.908)</u>	<u>3.703</u>	<u>4.040</u>

As mutações do intangível da controladora em 2018 estão demonstradas conforme seguem:

Custo do Intangível	2016	Adição	Transferência	2017	Adição	Baixa	Transferência	2018
Software	16.886	505	394	17.785	933	(8)	141	18.851
Licença de direitos de uso	760	-	-	760	-	-	-	760
	17.646	505	394	18.545	933	(8)	141	19.611
Amortização	2016	Amortização	Transferência	2017	Amortização	Baixa	Transferência	2018
Software	(12.619)	(1.694)	-	(14.313)	(1.259)	8	-	(15.564)
Licença de direitos de uso	(40)	(152)	-	(192)	(152)	-	-	(344)
	(12.659)	(1.846)	-	(14.505)	(1.411)	8	-	(15.908)
Líquido	4.987	(1.341)	394	4.040	(478)	-	141	3.703

Parte dos valores transferidos são reclassificações do ativo imobilizado em andamento para ativos em operação, e parte refere-se à transferência envolvendo software no ativo intangível. Conforme nota explicativa nº18.

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2018			2017	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido	
Bens em concessão						
Aterro e infraestrutura em aterros	(*)	138.352	(104.463)	33.889	52.678	
Infraestrutura em transbordos	10	7.463	(6.403)	1.060	1.226	
Sistema de água	4,22	11.394	(1.035)	10.359	7.088	
Sistema de esgoto	4,22	998	(140)	858	898	
Edificações	3,11	1.488	(40)	1.448	-	
Benfeitorias em bens de terceiros	10	3.175	(2.034)	1.141	1.337	
Máquinas e equipamentos	10	12.207	(8.402)	3.805	3.942	
Veículos e equipamentos	20	30.564	(29.134)	1.430	2.023	
Intangível em andamento	-	17.410	-	17.410	16.120	
Licenças e direitos de uso	3,33	5.157	(4.580)	577	807	
Software	20	31.930	(27.305)	4.625	4.865	
Direitos contratuais	3,33	27.917	(6.763)	21.154	21.083	
Ônus de concessão	3,33	2.000	(440)	1.560	1.627	
Desenvolvimento de negócios	3,33	2.742	(616)	2.126	2.217	
Mais valia de intangíveis:						
Licença de direitos de uso - Mais Valia		69.143	(16.483)	52.660	52.434	
Marcas		1.627	(786)	841	972	
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Biogás		2.908	(617)	2.291	2.436	
Relacionamento de Clientes		358.685	(81.792)	276.893	292.404	
Destinação de chorume		5.190	(938)	4.252	2.720	
		730.350	(291.971)	438.379	466.877	

	2018		2017	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:				
CIA	28.216	(16.932)	11.284	10.610
Koleta	6.051	-	6.051	6.051
EMPPA	-	-	-	39
VVR	-			
CRVR	106.288	(978)	105.310	105.310
Loga	16.742	(6.363)	10.379	12.007
Revita				
Piauí	10.122	-	10.122	10.122
Essencis				
Prameq	363	-	363	363
Ecosistema	3.083	-	3.083	3.083
Macaé	4.250	-	4.250	4.250
Ecolar	28.151	(15.238)	12.913	12.913
Incineração	3.946	(3.435)	511	511
Remediação	6.623	(1.441)	5.182	5.182
Essencis	398.722	-	398.722	398.722
	<u>612.557</u>	<u>(44.387)</u>	<u>568.170</u>	<u>569.163</u>
Total do Intangível	<u>1.342.906</u>	<u>(336.359)</u>	<u>1.006.547</u>	<u>1.036.039</u>

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Os demais intangíveis são amortizados pela vida útil ou tempo de duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

As mutações do Intangível consolidado em 2018 e 2017 estão demonstradas conforme seguem:

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Custo	2016	Adição	Baixa	Transferência	Varição Cambial	Reorganiz. Societária	Ágio/Mais Valia	Redução ao valor recuperável	2017	Adição	Baixa	Transferência	Varição Cambial	Reorganiz. Societária	2018
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:															
Aterro e infra em aterros	122.464	2.303	-	8.442	-	-	-	-	133.209	-	-	5.143	-	-	138.352
Infraestrutura em transbordos	7.463	-	-	-	-	-	-	-	7.463	-	-	-	-	-	7.463
									-						-
Centrais de saneamento e esgoto	8.591	-	-	73	-	-	-	-	8.664	79	-	3.649	-	-	12.392
									-						-
Direitos contratuais	26.325	-	(908)	-	115	-	-	-	25.532	-	-	10	2.375	-	27.917
Licença de direitos de uso	5.157	-	-	8	-	-	-	-	5.165	-	-	(9)	1	-	5.157
Edificações e construção civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.488	-	-	1.488
Benfeitorias em bens de terceiros	3.167	8	-	-	-	-	-	-	3.175	-	-	-	-	-	3.175
Máquinas e equipamentos	18.686	835	(300)	-	-	-	-	-	19.221	487	(3.037)	(4.464)	-	-	12.207
Software	29.909	551	(357)	420	178	1	-	-	30.701	1.535	(936)	161	466	3	31.930
Intangível em andamento	20.806	3.862	-	(8.548)	-	-	-	-	16.120	7.115	-	(5.825)	-	-	17.410
Desenvolvimento novos negócios	2.742	-	-	-	-	-	-	-	2.742	-	-	-	-	-	2.742
Ônus de concessão	2.000	-	-	-	-	-	-	-	2.000	-	-	-	-	-	2.000
Veículos e equipamentos	28.398	453	(1.748)	-	982	-	-	-	28.085	189	(238)	-	2.528	-	30.564
Mais valia de intangíveis:															
Licença de direitos de Uso	66.403	-	-	-	-	-	-	-	66.403	2.740	-	-	-	-	69.143
Marcas	1.627	-	-	-	-	-	-	-	1.627	-	-	-	-	-	1.627
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Biogás	2.908	-	-	-	-	-	-	-	2.908	-	-	-	-	-	2.908
Relacionamento de Clientes	358.685	-	-	-	-	-	-	-	358.685	-	-	-	-	-	358.685
Destinação de chorume	3.500	-	-	-	-	-	-	-	3.500	1.690	-	-	-	-	5.190
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:															
Cia	25.573	-	-	-	952	-	-	-	26.525	-	-	-	1.691	-	28.216
Koleta	6.051	-	-	-	-	-	-	-	6.051	-	-	-	-	-	6.051
CRVR	106.288	-	-	-	-	-	-	-	106.288	-	-	-	-	-	106.288
Loga	16.742	-	-	-	-	-	-	-	16.742	-	-	-	-	-	16.742
EMPPA	-	39	-	-	-	-	-	-	39	-	(39)	-	-	-	-
Piauí	10.122	-	-	-	-	-	-	-	10.122	-	-	-	-	-	10.122
SBC	2.415	-	-	-	-	-	(2.415)	-	-	-	-	-	-	-	-
Inova	32.888	-	-	-	-	-	(32.888)	-	-	-	-	-	-	-	-
Prameq	363	-	-	-	-	-	-	-	363	-	-	-	-	-	363
Ecosistema	3.083	-	-	-	-	-	-	-	3.083	-	-	-	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	-	-	-	-	-	-	4.250	-	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	-	-	-	28.151	-	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	-	-	-	3.946	-	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.623	-	-	-	-	-	-	-	6.623	-	-	-	-	-	6.623
Essencis	398.722	-	-	-	-	-	-	-	398.722	-	-	-	-	-	398.722
	1.354.048	8.051	(3.313)	395	2.227	1	(35.303)	-	1.326.104	13.835	(4.250)	153	7.061	3	1.342.906

Solvi Participações S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

<u>Amortização</u>	<u>2016</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Varição Cambial</u>	<u>Reorganiz. Societária</u>	<u>Ágio/Mais Valia</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>2017</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Varição Cambial</u>	<u>Reorganiz. Societária</u>	<u>2018</u>
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:															
Aterro e infra em aterros	(64.476)	(16.055)	-	-	-	-	-	-	(80.531)	(19.120)	-	(4.812)	-	-	(104.463)
Infraestrutura em transbordos	(5.953)	(284)	-	-	-	-	-	-	(6.237)	(166)	-	-	-	-	(6.403)
Centrais de saneamento e esgoto	(279)	(399)	-	-	-	-	-	-	(678)	(497)	-	-	-	-	(1.175)
Direitos contratuais	(4.471)	(771)	908	-	(115)	-	-	-	(4.449)	(771)	-	-	(1.543)	-	(6.763)
Licença de uso	(4.169)	(189)	-	-	-	-	-	-	(4.358)	(221)	-	-	(1)	-	(4.580)
Edificações e construção civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40)	-	-	-	-	(40)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.615)	(223)	-	-	-	-	-	-	(1.838)	(196)	-	-	-	-	(2.034)
Máquinas e equipamentos	(14.655)	(924)	300	-	-	-	-	-	(15.279)	(786)	2.851	4.812	-	-	(8.402)
Software	(26.719)	(3.378)	338	4.257	(334)	-	-	-	(25.836)	(1.936)	935	-	(465)	(3)	(27.305)
Desenvolvimento novos negócios	(434)	(91)	-	-	-	-	-	-	(525)	(91)	-	-	-	-	(616)
Ônus de concessão	(306)	(67)	-	-	-	-	-	-	(373)	(67)	-	-	-	-	(440)
Veículos e equipamentos	(21.660)	(1.070)	1.676	(4.257)	(751)	-	-	-	(26.062)	(807)	238	-	(2.503)	-	(29.134)
Mais valia de intangíveis:															
Licença de direitos de Uso	(11.416)	(2.553)	-	-	-	-	-	-	(13.969)	(2.514)	-	-	-	-	(16.483)
Marcas	(524)	(131)	-	-	-	-	-	-	(655)	(131)	-	-	-	-	(786)
Metano gerado pelo Aterro/Projeto de Biogás	(327)	(145)	-	-	-	-	-	-	(472)	(145)	-	-	-	-	(617)
Relacionamento de Clientes	(53.617)	(12.665)	-	-	-	-	-	-	(66.282)	(15.510)	-	-	-	-	(81.792)
Destinação de chorume	(621)	(159)	-	-	-	-	-	-	(780)	(158)	-	-	-	-	(938)
Amortização de ágio:															
Cia	(15.343)	-	-	-	(572)	-	-	-	(15.915)	-	-	-	(1.017)	-	(16.932)
Loga	(3.582)	-	-	-	-	-	-	(1.153)	(4.735)	(1.628)	-	-	-	-	(6.363)
CRVR	(489)	(489)	-	-	-	-	-	-	(978)	-	-	-	-	-	(978)
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	-	-	-	(15.238)	-	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	-	-	-	(3.435)	-	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	-	-	-	-	-	-	(1.441)	-	-	-	-	-	(1.441)
	(250.770)	(39.593)	3.222	-	(1.772)	-	-	(1.153)	(290.065)	(44.784)	4.024	-	(5.529)	(3)	(336.358)
Líquido	1.103.278	(31.542)	(91)	395	455	1	(35.303)	(1.153)	1.036.039	(30.949)	226	153	1.532	-	1.006.547

Intangíveis em andamento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a expansão da rede de água e esgoto, transbordo e aterros sanitários.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2018 e 2017, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização e julgou não ser necessária a realização do teste de valor recuperável em todas as unidades geradoras de caixa, face à certeza de recuperabilidade dos ativos prevista no planejamento orçamentário dos próximos 5 (cinco) anos.

O teste de valor recuperável foi realizado por empresa especializada nas controladas causadoras de ágios quando da aquisição de empresas. O teste foi também realizado em algumas empresas que apresentavam prejuízo fiscal no exercício. O teste de *impairment* dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio, que inclui a Companhia, foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2018.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a

Companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da Companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Em regra geral, os períodos de testes foram de 5 (cinco) anos, com excessão dos contratos de concessão, cujos prazos variam contrato a contrato.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da Companhia.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.

As taxas de desconto WACC foram calculadas por unidade geradora de caixa e variam de 4,47% a 9,51% (5,22% a 10,03% em 2017).

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2019 a 2023 em diante, quando aplicável, foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de *impairment*

Como resultado do teste de valor recuperável, identificou-se a necessidade de baixar integralmente o valor de ágio reconhecido nas entidades: Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. no valor de R\$32.888 e SBC – Valorização de Resíduos Ltda no valor de R\$2.415. Em relação às demais unidades de negócio do Grupo Solví, não houve perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda ao valor recuperável. Para tanto foi realizada a comparação entre o valor em uso e o valor contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso.

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fornecedores		4.045	2.721	229.546	202.954
Partes relacionadas	22	31.690	80.851	31.874	31.847
Credores diversos		20.048	67	37.584	7.608
		<u>55.783</u>	<u>83.639</u>	<u>299.004</u>	<u>242.409</u>
Circulante		30.810	44.938	295.583	238.994
Não circulante		24.973	38.701	3.421	3.415

20 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo Solvi a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº8.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Capital de giro	CDI + 2,60% a.a. a 3% a.a.; TR 14,03 %a.a.	De set/20 a set/21	8.910	65.775	200.428	399.609
FINAME/FINEP	Pré-fixada de 6% a.a. a 13,90% a.a.; TJLP+ 6,40% a.a.;	De nov/19 a dez/21	6.591	8.120	15.558	17.957
Crédito Direto ao Consumidor	Pré-fixada de 13,9% a.a. a 29,65% a.a.	De dez/19 a nov/23	-	-	44.834	24.546
BNDES, CEF e BNB	Pré-fixada de 11,40% a.a.; TJLP + 1,00% a.a. TR.ACT +7,80% a.a.	De jul/19 a nov/37	-	-	236.378	258.731
Conta garantida	CDI + 6,54% a.a. a 7,44% a.a.	De fev/18 a out/20	-	10.123	68.220	128.997
Arrendamento Mercantil	Pré-fixada de 5,11% a.a.; TJLP + 5,80% a.a. a 6,00% a.a.	De jan/19 a set/20	-	-	1.997	13.547
Total			<u>15.501</u>	<u>84.018</u>	<u>567.414</u>	<u>843.387</u>
Circulante			4.967	17.401	210.972	268.865
Não circulante			10.534	66.617	356.442	574.522

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora e em alguns casos na proporção de sua participação societária.

Os financiamentos com recursos do Finame estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados e avais.

Os financiamentos com recursos do Finep, BNDES, CEF e BNB são garantidos por avais e quando necessário, por fiança bancária, no valor de R\$233.978 (R\$321.222 em 2017).

Os montantes das parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	-	12.697	-	185.706
2020	4.169	31.051	116.103	155.110
2021	4.583	21.051	91.421	131.807
2022	1.527	1.558	40.420	26.175
2023	255	260	34.100	23.179
2024	-	-	31.594	8.693
2025 até 2037	-	-	42.804	43.852
Total	10.534	66.617	356.442	574.522

Em 22 de dezembro de 2016, o Grupo Solví e os Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A., e China Construction Bank (Brasil) assinaram o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$ 880.004 pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal e 01 (um) ano de carência de juros.

Em 31 de Julho de 2018, a Solví, através das devedoras, efetuou a amortização extraordinária de R\$ 291.549 (principal e juros) e a liquidação da dívida com o China Construction Bank (Brasil) O saldo devedor do Acordo pós amortização totalizava R\$ 943.576.

Em 10 de janeiro de 2019, a Companhia realizou a amortização extraordinária de dívidas renegociadas no escopo de negociação de dívidas (“Acordo”), firmado em 16 de dezembro de 2016 com os bancos Itau, Santander, Bradesco, Original e CCB, no montante de R\$136.702, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou aditamento ao Acordo, repactuando as condições originais, nas seguintes bases: a) Prazo de amortização de CCBs em 5 anos, sendo 3 anos de carência; e 8,5 anos para as debêntures.; Remuneração: CDI + 2% e compartilhamento de garantias proporcionais. O saldo da dívida do Acordo em 28 de fevereiro de 2019 totalizava R\$ 810.015, sendo R\$ 745.713 no banco Itaú; R\$ 30.720 no banco Bradesco e 33.583 no banco Santander.

A celebração do acordo marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira do Grupo Solví junto às instituições financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

a) Conciliação da movimentação de empréstimos

Empréstimos e financiamentos - Controladora

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Incorporação SPPS	Saldo em 31/12/2018
Conta garantida	10.123	1	667	(789)	(10.002)	-	-
Capital de giro	65.775	9.999	4.734	(8.245)	(74.351)	10.998	8.910
FINEP	8.120	-	411	(367)	(1.573)	-	6.591
Total	84.017	10.000	5.812	(9.401)	(85.926)	10.998	15.501

Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação*	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Variação Cambial	Reorganização Societária	Saldo em 31/12/2018
BNDES	258.731	21.342	20.355	(15.644)	(48.060)	-	(346)	236.378
Conta garantida	128.997	51.275	8.395	(9.027)	(120.023)	8.603	-	68.220
Capital de giro	399.609	173.452	38.583	(49.263)	(363.329)	1.376	-	200.428
Crédito direto ao Consumidor	24.546	30.380	3.918	(3.682)	(34.874)	-	-	44.834
FINAME/FINEP	17.957	3	1.291	(1.335)	(2.358)	-	-	15.558
Leasing	13.547	757	526	(328)	(12.505)	-	-	1.997
Total	843.387	277.209	73.068	(79.279)	(581.149)	9.979	(346)	567.414

(*) Em 2017 do montante total captado, R\$4.376 foi utilizado para subsidiar a compra de ativos imobilizados. Por não movimentar caixa o montante não foi considerado como captação de atividade de financiamento.

Revita Engenharia S.A.

A Revita mantém em seus contratos firmados com o BNDES garantias e covenants, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos contratos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, exceto o índice de cobertura do serviço da dívida total, cuja relação EBITDA / ICSD deve ser igual ou superior a 1,6. O não atingimento deste índice está previsto na Cláusula Décima, Parágrafo Terceiro: “O descumprimento, pela BENEFICIÁRIA, de qualquer obrigação constante no inciso X da presente cláusula ficará caracterizado quando verificado por no mínimo 02 (dois) semestres consecutivos, ou ainda por 02 (dois) semestre não consecutivos dentro de um período de 24 meses”. Esse foi o primeiro semestre em que tal índice não foi atingido nos últimos 24 meses pela controlada direta Revita.

Biotérmica Energia S.A.

A Biotérmica mantém em seus contratos firmados com o BNDES garantias e covenants, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado, próprios e da Solví Participações S.A., a qual figura como Interviente. Todas as cláusulas restritivas referentes aos contratos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

A CRVR mantém em seus contratos firmados com o BNDES garantias e covenants, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado, próprios e da Solví Participações S.A., a qual figura como Interviente. Todas as cláusulas restritivas referentes aos contratos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Termoverde Caieiras Ltda.

A Termoverde Caieiras mantém em seus contratos firmados com o BNDES garantias e covenants, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado, próprios e da Solví Participações S.A., a qual figura como Interviente. Todas as cláusulas restritivas referentes aos contratos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

21 Debêntures e outros títulos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Debêntures(a)	733.587	670.530	853.672	838.851
Notas Promissórias(b)	-	-	3.875	6.050
	<u>733.587</u>	<u>670.530</u>	<u>857.547</u>	<u>844.901</u>
Passivo circulante	264.563	67.499	301.023	125.204
Passivo não circulante	469.024	603.031	556.524	719.697

Composição das debêntures

Debêntures

	Série	Emissão	Consolidado
			Valor Original
Essencis Soluções Ambientais S.A.	Única	01/09/2011	150.000
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013	70.000
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	Única	15/05/2015	50.000
Solví Participações S.A.	Única	28/12/2017	670.704
			<u>940.704</u>

Valores contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Consolidado	
	2018	2017
Passivo circulante	301.023	125.204
Passivo não circulante	556.524	719.697
Total	857.547	838.851

Companhia	Condições	Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)										
Solví Participações S.A.	<p>Em 28 de dezembro de 2017, a Solví emitiu em série única, o montante de R\$ 670.704, sendo certo que o montante de R\$ 670.034 sob regime de garantia firme de colocação e R\$670 sob regime de melhores esforços de colocação, de debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000, não conversíveis em ações de espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.</p> <p>As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Banco Itaú, coordenador líder da emissão.</p> <p>As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread ou sobretaxa equivalente a 3% ao ano over.</p>	<p>As debêntures são garantidas por alienação de ações de emissão representativas do capital social da Koleta Ambiental S.A., cessão fiduciária de conta vinculada e por fianças EMPPA- Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A e Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda. O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures.</p> <p>Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, um dos covenants pactuados é a manutenção do índice financeiro representado pela equação dívida líquida/EBITDA.</p> <table style="margin-left: auto; margin-right: auto; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 0 10px;"></td> <td style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">2017</td> <td style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">2018</td> <td style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">2019</td> <td style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">2020</td> </tr> <tr> <td style="padding: 0 10px;">Dívida líquida/ EBITDA = <</td> <td style="text-align: center;">5,2</td> <td style="text-align: center;">4,8</td> <td style="text-align: center;">4,5</td> <td style="text-align: center;">3,8</td> </tr> </table> <p>O índice financeiro deve ser apurado pela Solví Participações S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas e acompanhado pelo agente fiduciário.</p> <p>A Solví Participações S.A. mantém em seu contrato de debêntures garantias e <i>covenants</i>, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.</p>		2017	2018	2019	2020	Dívida líquida/ EBITDA = <	5,2	4,8	4,5	3,8
	2017	2018	2019	2020								
Dívida líquida/ EBITDA = <	5,2	4,8	4,5	3,8								
Essencis Soluções Ambientais S.A.	<p>Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R\$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor do FI - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2018 está composto no passivo circulante em R\$ 17.155 (R\$ 17.258 em 2017) e no passivo não circulante em R\$ 62.500 (R\$ 79.167 em 2017).</p>	<p>As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária do terreno onde está localizado o aterro de Caieiras.</p> <p>Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; e Índice de Alavancagem Máxima o resultado deve ser superior ou igual a 1,30.</p> <p>Os índices financeiros devem ser apurados pela Essencis Soluções S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>A Essencis Soluções Ambientais mantém em seu contrato de debêntures garantias e <i>covenants</i>, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.</p>										

<p>Revita Engenharia S.A.</p>	<p>Em 05 de dezembro de 2013, a Revita emitiu em série única de 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações com garantia adicional fidejussória.</p> <p>As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.</p> <p>As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread de 2,25% ao ano over.</p> <p>A amortização é semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 16 de dezembro de 2018.</p>	<p>As debêntures são garantidas por fiança concedida pela controladora final Solví Participações S.A..</p> <p>O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Revita Engenharia S.A., foi pactuada a manutenção do índice financeiro representado pela equação Endividamento Líquido/EBITDA, e o resultado deve ser igual ou inferior a 3,05 para o exercício encerrado em 31/12/2018 e 3,05 para o exercício encerrado em 31/12/2017.</p> <p>Também foi pactuada a manutenção do índice financeiro representado pela equação EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e o resultado deve ser superior a 1,75.</p> <p>Os índices financeiros devem ser apurados pela Revita Engenharia S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>A Revita Engenharia S.A. mantém em seu contrato de debêntures garantias e <i>covenants</i>, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.</p>
<p>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA</p>	<p>Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados. As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Banco Santander (Brasil) S.A., coordenador líder da emissão. As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros - DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 3,00% ao ano.</p> <p>A amortização será trimestral a partir de março de 2018 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de dezembro de 2021.</p>	<p>As Debêntures são garantidas por fiança da Solví Participações S.A em 62,35% e Estre Ambiental S.A. em 37,65%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.</p> <p>O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamentos menos disponibilidade dividido pelo EBITDA e o resultado deve ser inferior a 2,85.</p> <p>Os índices financeiros devem ser apurados pela Logística Ambiental de São Paulo S.A., com base nas demonstrações financeiras.</p> <p>A Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA mantém em seu contrato de debêntures garantias e <i>covenants</i>, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes ao contrato de debêntures estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.</p>

a) Conciliação da movimentação de debêntures

Debêntures - Controladora

	Saldo Inicial	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo Final
Solvi Participações S.A.	670.530	63.057	-	-	733.587
Total	670.530	63.057	-	-	733.587

Debêntures - Consolidado

	Saldo Inicial	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo Final
Essencis Soluções Ambientais S.A.	96.425	7.054	(7.154)	(16.667)	79.658
Revita Engenharia S.A.	22.329	1.177	(1.254)	(19.461)	2.791
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	49.568	4.133	(4.564)	(11.500)	37.637
Solvi Participações S.A.	670.530	63.057	-	-	733.587
Total	838.851	75.421	(12.972)	(47.628)	853.672

b) Composição das notas promissórias

Em 29 de agosto de 2016, através da controladora Revita, foram emitidas 10 (dez) notas promissórias no valor R\$605 cada, totalizando o valor de R\$6.050 para pagamento à vista a cada nota promissória emitida.

Nos termos dos artigos 34 e 77 da lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo decreto nº57.663 de 24/01/1966, fica expressamente ajustada a prorrogação do prazo de apresentação para pagamento desta nota promissória pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

22 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$7.234 em 31 de dezembro de 2018 (R\$7.328 em 2017) e no consolidado R\$31.834 (R\$29.350 em 2017).

(i) Controladora

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas natureza das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais, relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são demonstrados a seguir:

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

<u>Empresas controladas</u>	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
CURTO PRAZO	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	28	19	-	-	97	109
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	33	32	-	-	366	372
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	-	1.466	-	-	54	145
<i>Solvi Saneamento Ltda.</i>	8	-	-	-	-	-
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	7.239	370	144	3	3.884	3.208
<i>Essencis Ecosystema Ltda.</i>	20	20	-	-	240	232
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	10	6	-	-	93	89
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	547	194	-	-	2.601	1.135
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	103	-	-	-	1.114
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	42	42	1	1	236	151
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	261	293	-	-	3.232	3.386
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	1.551	-	2.257	2.256	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	1.711	41	-	-	584	502
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	34	391	3	3	4.257	4.221
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	441	22	-	-	312	268
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	15	7	-	-	85	81
<i>Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	7	7	-	-	83	79
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	22	32	-	-	254	437
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	7	9	-	-	85	132
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	333	592	-	39.780	4.017	3.695
<i>Consórcio Sotero Ambiental</i>	80	-	-	-	-	-
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	17	17	-	-	199	199
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	4	7	-	-	81	77
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	15	15	-	-	178	160
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Biogás Riograndense Ltda.</i>	3	-	-	-	32	21
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	-	11	-	-	135	125
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	-	7	-	-	-	7
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.</i>	16	38	-	-	497	424
<i>Consórcio Ambiental SBC</i>	12	-	-	-	-	-
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	-	3	-	-	-	7
<i>RLI - Revitalização de Lâmpadas Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	1	(28)	5
	12.560	3.822	2.405	42.044	22.457	21.370

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
CURTO PRAZO						
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
<i>Serviços prestados e reembolsos:</i>						
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	3	189	-	10	985	2.293
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	-	1	-	-	3	7
<i>Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.</i>	-	17	-	-	132	228
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	39	39	-	-	470	456
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	36	36	-	-	438	438
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	26	26	-	-	327	323
<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	23	17	-	-	243	205
<i>Resíduo Zero Ambiental S.A.</i>	18	10	-	-	150	116
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	38	64	-	8	805	766
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	20	20	-	-	233	233
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	14	14	-	-	162	160
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	12	129	-	-	(28)	131
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	15	13	-	-	160	158
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	15	13	-	-	152	147
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	1	1	-	-	4	6
<i>Gla - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	9	38	-	-	456	228
<i>Outros</i>	-	-	-	-	307	-
	269	627	-	18	4.999	5.895
<u>Grupo Servy:</u>						
<i>Serviços prestados e reembolsos:</i>						
<i>Servy Participações Ltda.</i>	-	3	-	-	-	7
<i>Servy Patrimonial</i>	-	-	85	85	-	7
<i>Sergipe Participações Ltda.</i>	-	3	-	-	-	7
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	10	-	3	-	62
<i>GPO Sanenco</i>	-	34	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	-
	-	50	85	88	-	83
<u>Empresas controladas</u>						
<i>JCP:</i>						
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	381	381	-	-	-	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	36	36	-	-	-	-
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	783	783	-	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	-	-	4.227	-	-	-
	1.200	1.200	4.227	-	-	-

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
LONGO PRAZO						
<u>Empresas controladas</u>						
<u>Serviços prestados e reembolsos:</u>						
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	60	-	24.920	30.000	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>			-	8.648		
	60	-	24.920	38.648	-	-
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
AFAC:						
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	5.374	-	52	52	-	-
	5.374	-	52	52	-	-
Circulante	14.029	5.699	6.717	42.150		
Não circulante	5.434	-	24.973	38.700		
Total	19.463	5.699	31.690	80.850	27.456	27.348

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber	contas a pagar	contas a pagar	contas a pagar	(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<u>Empresas controladas</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	-	-	10.723	8.798	(10)	(799)
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	-	-	220	-	(24)	-
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	-	-	-	1.638	(87)	(114)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	-	-	46.253	49.299	(3.835)	(4.084)
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	-	-	1.006	(15)	-
<i>CRVR - Companhia Riograndense Valorização Resíduos</i>	-	-	-	7.039	(246)	-
<i>Vega Valorização de Resíduos</i>	-	-	10.761	3.697	(226)	-
<i>Vega Engenharia S.A.</i>	-	-	-	-	(4)	-
<i>Vega Peru S.A.</i>	1.119	462	-	-	(15)	21
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	-	-	-	3.109	(890)	(270)
<i>Solvi Saneamento Ltda</i>	651	-	-	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	2.223	-	-	120.769	(7.149)	(10.519)
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	-	-	5.199	6.439	(372)	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	-	-	4.159	4.436	(402)	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e</i>	-	-	1.189	2.416	(201)	-
<i>Vega Sucursal Perú</i>	4.782	3.485	-	-	-	-
<i>Outros</i>	1.745	3.750	-	464	162	210
	10.520	7.697	78.504	209.110	(13.314)	(15.555)
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	24.989	1	-	-	3.585	3.210
	24.989	1	-	-	3.585	3.210
<u>Grupo Servy:</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>Servy Participações Ltda.</i>	260	26	-	-	14	3.385
<i>Servy Patrimonial</i>	-	-	-	-	(249)	(40)
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	-	71	-	-	2	7
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	-	-	-	2.876	21.851
	260	97	-	-	2.643	25.203
<u>Outras partes relacionadas:</u>						
Mútuos (não circulante):						
<i>WAP</i>	-	1.983	-	-	-	-
<i>Solvi Investments</i>	3.926	-	-	-	-	-
<i>RADEL</i>	-	214	-	-	-	-
	3.926	2.197	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não circulante	39.738	9.992	78.504	209.110	(7.086)	12.858
Total	39.738	9.992	78.504	209.110	(7.086)	12.858

(ii) **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminadas na consolidação e não estão apresentadas abaixo. As transações entre o Grupo Solví e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

Empresas controladas	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	-		244		-	
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	15	-	-	-	2	47
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	2	228	-	-	10	199
<i>Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	14	141	-	-	(266)	4
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	1.947	605	293	48	1.752	358
<i>Essencis Ecosistema Ltda.</i>	194	168	-	17	128	13
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	102	104	3	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	808	367	872	-	1	1.027
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	508	156	4	50	81	77
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	530	-	166	543	(294)
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	82	1.197	171	2.149	-	-
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	2.337	844	-	-	295	(147)
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	1.290	16	1.874	36	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	169	64	17	5	2.337	902
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	733	224	41	3	3.100	59
<i>GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.</i>	9	38	3.853	2.302	(26.252)	(12.969)
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	74	46	-	-	-	-
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	14	14	-	-	-	-
<i>Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	1	1	103	103	-	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	196	224	16	16	(38)	-
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	11	-	-	-	(2)	-
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	280	547	-	-	-	-
<i>Vega Peru S.A.</i>	-	-	321	560	-	-
<i>Solví Valorização Energética Ltda.</i>	9	9	6	6	-	-
<i>Consórcio Sotero</i>	2.499	-	6.076	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	1.851	1.321	2.050	269	652	1.604
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	35	35	-	-	-	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	377	1.892	-	910	-	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	17	17	-	-	-	-
<i>Biogás Riograndense Ltda.</i>	4	-	-	-	-	-
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	88	88	-	-	-	(54)
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	377	676	-	-	-	-
<i>Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. - CRVR</i>	580	324	1.126	1.126	67	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	292	360	102	-	133	-
<i>Consórcio SBC</i>	88	-	-	-	-	-
<i>RLI - Revitalização de Lâmpadas Ltda.</i>	-	120	91	91	-	-
<i>Vega Sucursal Perú</i>	-	304	-	298	-	-
<i>Consórcio Vial Kishuara</i>	7	28	-	-	-	-
<i>Outros</i>	67	433	148	385	108	(238)
	13.785	12.395	15.554	10.378	(17.312)	(9.412)

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empreendimentos controlados em conjunto						
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	54	866	-	10	1	6.084
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	-	-	-	-	3	-
<i>Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.</i>	-	17	-	-	132	228
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	55	54	539	836	(1.453)	(977)
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	195	186	1.313	33	(41)	(48)
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	236	504	-	20	232	377
<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	23	17	-	-	243	205
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	15	13	-	-	160	158
<i>Resíduo Zero Ambiental S.A.</i>	18	10	-	-	150	116
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.232	822	194	202	1.469	1.573
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	3.244	1.101	-	-	233	(96)
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	82	79	11	23	123	79
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	507	30	106	163	1.511	675
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	220	361	-	-	(15)	135
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	13	208	-	-	4	6
<i>Consórcio Águas de San Martin</i>	162	-	-	38	-	-
<i>Outros</i>	-	1	-	282	454	7
	6.057	4.269	2.162	1.607	3.206	8.522
<u>Grupo Servy:</u>						
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados:						
<i>Servy Participações Ltda.</i>		3	1	25	-	7
<i>Servy Patrimonial</i>	32	32	741	390	(5)	18
<i>Sergipe Participações Ltda.</i>		-	-	-	-	-
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>		-	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	45	495	185	179	(518)	(23)
<i>GPO Sanenco</i>		63	-	-	-	-
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	300	-	264	235	-	-
<i>Consórcio Coltani</i>		19.737	1.888	52	-	-
<i>Ejecutor Tingo Maria</i>	381	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	113	7	-	-	-	14
	871	20.337	3.079	881	(523)	16
<u>Outras partes relacionadas:</u>						
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados:						
<i>Instituto Solvi</i>	62	216	10	422	-	-
<i>Unidade de Tratamento de Resíduos - UTR</i>	-	-	-	-	-	(7.215)
<i>Hera Brasil</i>	-	-	-	925	-	-
<i>Vital Engenharia Ambiental</i>	-	-	-	2.946	(6.047)	(26.413)
<i>Lara Central de Tratamento</i>	-	-	4.569	10.729	(11.544)	(24.090)
<i>Paulitec</i>	-	-	-	2.660	(21.051)	(21.832)
	62	216	4.579	17.682	(38.642)	(79.550)
<u>JCP:</u>						
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	-	-	409	317	-	-
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	-	-	1.695	-	-	-
<i>Consórcio Coltani</i>	-	-	-	1	-	-
<i>Outros</i>	-	-	(38)	-	-	-
	-	-	2.066	318	-	-

Solvi Participações S.A.
 Demonstrações financeiras individuais e
 consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<u>LONGO PRAZO</u>						
AFAC:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	1	-	-			
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	-	-	1	-	-	-
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	-	-	50	-	-	-
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	231	-	-	-
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	15	-	-	-
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	-	-	52	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	61		-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	1.001	-	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	22.406	5.769	-	-	-	-
	<u>22.468</u>	<u>5.769</u>	<u>1.350</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>LONGO PRAZO</u>						
AFAC:						
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	-	100	-	-	-	-
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	18	-	-	1.299	-	-
	<u>18</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>1.299</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Empresas controladas</u>						
<u>LONGO PRAZO</u>						
<i>Serviços prestados e reembolsos:</i>						
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	-	-	3.023	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	3.220	-	60	-	-	-
	<u>3.220</u>	<u>-</u>	<u>3.083</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante	20.776	37.217	27.441	30.866		
Não circulante	25.705	5.869	4.433	1.299		
Total	46.481	43.086	31.874	32.165	(80.424)	(80.424)

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Mútuos (circulante):						
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
<i>Logística Ambiental Mediterrâneo</i>	1.190	-	-	-	-	-
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	-	2.959	-	36	-	-
	1.190	2.959	-	36	-	-
Grupo Servy						
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	15.570	-	-	-	-	-
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	37.343	-	320	102	-	-
	52.913	-	320	102	-	-
Mútuos (não circulante):						
<u>Empresas controladas</u>						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	1	827	9	1	(19)	(161)
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	969	1.772	-	-	(55)	(701)
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	-	-	-	-	(87)	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	54	-	117	65	(48)	(67)
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	0	-	0	-	(407)	-
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	502	429	12	1.821	308	(21)
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	-	-	-	(1)	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	(2)	-
<i>Vega Peru S.A.</i>	2.309	1.108	-	11	(56)	223
<i>Igar - Vega Santa Cruz</i>	-	25	-	25	421	484
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	-	20	-	-	(2)	-
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	-	-	-	-	1	-
<i>Essencis Soluções S.A.</i>	-	-	29	-	371	-
<i>Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. - CRVR</i>	-	-	4	-	(3)	-
<i>Consórcio SBC</i>	396	-	2.117	-	-	-
<i>Consórcio Vial Kishuara</i>	33	1.426	-	-	-	-
<i>Vega Sucursal Bolívia</i>	1	-	6.151	-	-	(166)
<i>Vega Perú</i>	-	-	-	-	(56)	-
<i>Vega Sucursal Perú</i>	862	-	-	-	-	-
<i>Consórcio Águas de San Martin</i>	57	-	13	-	-	-
<i>Outros</i>	2.451	3.945	71	315	1.566	253
	7.635	9.552	8.523	2.238	1.932	(156)
<u>Empreendimentos controlados em conjunto</u>						
<i>Logística Ambiental Mediterrâneo</i>	294	-	25	-	-	-
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	3.162	-	-	-	-	-
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	-	29	-	-	-	16
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	4.238	5.147	-	-	474	511
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	-	9.593	-	-	(588)	818
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	67	-	(1)
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	21.644	19.327	-	-	2.361	2.389
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	-	334	-	-	28	119
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	28.757	498	-	-	3.767	3.584
<i>Outros</i>	-	2	-	18	-	-
	57.801	34.930	25	85	6.042	7.436
Grupo Servy						
<i>Servy Participações Ltda.</i>	260	26	-	-	14	3.385
<i>Servy Patrimonial</i>	-	-	-	-	(249)	(40)
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	2	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	14.586	-	5.006	2.877	26.839
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	-	27.289	-	-	-	-
<i>Consórcio Coltani</i>	23.325	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	7
	23.585	41.901	-	5.006	2.644	30.191

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber	contas a pagar	contas a receber	contas a pagar	(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Mútuos (circulante):						
Outras partes relacionadas						
<i>Watanabe Participações</i>	-	1.983	-	-	-	-
<i>Solvi Environnement</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Carlosw</i>	-	1.043	-	-	-	-
<i>Fhartt</i>	-	443	-	-	-	-
<i>Renem</i>	-	443	-	-	-	-
<i>Cesarw</i>	-	1.085	-	-	-	-
<i>Radel</i>	-	214	-	-	-	-
	-	5.211	-	-	-	-
Circulante	54.103	2.959	320	138		
Não circulante	89.314	91.594	8.548	7.329		
Total	143.417	94.553	8.868	7.467	10.618	37.471

Movimentação de mútuos no passivo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2017	209.110	7.467
Captação	166.838	15.755
Juros	14.129	773
Pagamento de juros	(17.797)	(45)
Pagamento do principal	(293.884)	(6.764)
Variação cambial	1.512	1.068
Encargos	447	(1.969)
Investimento em capital	(1.851)	(7.417)
Saldo em 2018	78.504	8.868

Outras transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a 9,63% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de janeiro de 2019 a novembro 2023, com a possibilidade de prorrogação.

23 Salários, benefícios e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários	377	391	21.933	22.972
Encargos trabalhistas	780	471	27.556	19.078
Férias	1.988	1.815	55.887	63.178
Participação no resultado	5.688	2.152	27.372	26.230
	8.833	4.829	132.748	131.458

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram, o Grupo Solví provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos incorridos com a manutenção do plano montaram R\$1.065 no consolidado (R\$169 em 2017), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, no valor consolidado de R\$27.372 (R\$26.230 em 2017).

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contingências (a)	93	496	78.058	70.078
Fechamento e pós fechamento de aterro (b)	-	-	102.857	81.249
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	-	-	18.647	34.000
Provisão para obrigações contratuais futuras (d)	58.054	-	58.942	1.468
	<u>58.147</u>	<u>496</u>	<u>258.504</u>	<u>186.795</u>

a. Provisão para contingências

O Grupo Solví e parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Honorários	Total
Saldo 31/12/2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>539</u>	<u>539</u>
(+) Adições	1	-	1.479	1.479
(-) Reversões	-	-	(1.523)	(1.523)
Saldo 31/12/2017	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>495</u>	<u>496</u>
(+) Adições	526	1.316	-	1.842
(-) Pagamentos	(434)	(1.316)	-	(1.750)
(-) Reversões	-	-	(495)	(495)
Saldo 31/12/2018	<u>93</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>93</u>

	Consolidado				Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	
Saldo 31/12/2016	5.835	29.790	14.045	4.954	54.624
	-				
(+) Reversão de compensação de depósitos judiciais 2016	4.407	8.293	-	-	12.700
(+) Adições	13.694	44.379	3.387	9.255	70.715
(-) Pagamentos	(8.530)	(1.389)	(1.626)	(2.476)	(14.021)
(-) Reversões	-	(30.368)	(38)	(6.099)	(36.505)
Total sem compensação judicial	15.406	50.705	15.768	5.634	87.513
(-) Compensação de depósitos judiciais acumulados	(4.613)	(12.822)	-	-	(17.435)
Saldo 31/12/2017	10.793	37.883	15.768	5.634	70.078
(+) Reversão de compensação de depósitos judiciais 2017	4.613	12.822	-	-	17.435
(+) Adições	6.906	21.301	7.229	-	35.436
(-) Pagamentos	(8.831)	(3.304)	-	(109)	(12.244)
(-) Reversões	(1.246)	(12.604)	-	(1.998)	(15.848)
Total sem compensação judicial	12.235	56.098	22.997	3.527	94.857
(-) Compensação de depósitos judiciais acumulados	(5.002)	(11.797)	-	-	(16.799)
Saldo 31/12/2018	7.233	44.301	22.997	3.527	78.058

b. Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, destacando-se:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O Grupo Solví reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós- fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$81.249 e R\$66.798 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 14,86% ao ano (14,6% ao ano em 2017). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2018:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em inicial	81.249	66.798
Saldo por aquisição de controle (a)	3.317	-
Constituição de provisão	21.273	15.643
Realização da provisão	(2.982)	(1.192)
Saldo final	102.857	81.249

- (a) Em junho de 2018 a controlada Essencis Soluções adquiriu o controle da investida Ecototal, conforme descrito na nota explicativa nº16.2.

c. Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

Recuperação operacional do sistema de aterro	Consolidado	
	2018	2017
São Carlos Ambiental	527	-
Guamá Tratamento de Resíduos (a)	18.120	30.000
Rio Grande Ambiental (b)	-	4.000
Não Circulante	<u>18.647</u>	<u>34.000</u>

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em inicial	34.000	-
Constituição de provisão	527	34.000
Realização da provisão	(15.880)	-
Saldo final	<u>18.647</u>	<u>34.000</u>

- (a) Conforme comentado na nota nº 1 – Contexto Operacional, a controlada Guamá efetuou uma provisão para os gastos extraordinários no tratamento de chorume em virtude do grande volume acumulado após o alto índice pluviométrico de janeiro de 2017 na região que acarretou geração de percolato acima dos níveis médios.

A provisão constituída tem como base o tratamento de 150.000 m3 de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2018. O custo médio de transporte e tratamento foi calculado em R\$ 200,00/m3 com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definido pela empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

- (b) Conforme comentado na nota 1 – Contexto Operacional, a RGA cumpriu todos os itens do acordo, encerrando a operação dos aterros e o tratamento do chorume. A RGA continuará sua atividade de prestação de serviços locais e regionais para outros clientes.

d. Provisão para obrigações contratuais futuras

	<u>Controladora</u>
	2018
Saldo em inicial	-
Constituição de provisão	60.000
Realização da provisão	(1.946)
Saldo final	<u>58.054</u>

A provisão para obrigações contratuais futuras foi constituída conforme previsto no Acordo Contratual de compra e venda da Grupo CSN, onde é prevista a obrigação de reembolsos ao Grupo Aegea até o limite de R\$60.000 por eventuais perdas contingenciais que venham ocorrer para o Grupo CSN, de processos anteriores à data da efetivação da venda que ocorreu em junho de 2018. Ao longo de 2018 o Grupo Solví reembolsou o Grupo Aegea o montante de R\$1.946,

25 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS	-	-	26.555	28.667
PIS	21	4	7.972	9.440
COFINS	117	24	36.471	50.509
ICMS	-	-	1.763	1.491
IRRF	679	538	3.085	3.320
PIS/COFINS/CSLL	75	30	702	824
INSS Retido	60	128	3.168	2.420
ISS Retido	41	15	1.117	957
Parcelamentos fiscais(a)	-	-	17.413	36.112
Outros	-	-	3.138	1.466
Total	993	739	101.384	135.206
Circulante	993	739	92.705	135.064
Não circulante	-	-	8.679	142

- (a) O Grupo Solví aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária relativo a tributos federais instituído pela Lei 13.496 de 24 de Outubro de 2017, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2018 soma R\$35.970, já deduzidos dos descontos de multa e juros concedidos no programa.

O PERT contempla débitos tributários inadimplentes até a data de vencimento 30 de abril de 2017. Em algumas entidades do Grupo Solví a opção de adesão foi pelo pagamento de 5% da dívida em espécie, dividido em 5 parcelas e quitação de 95% da dívida com prejuízos fiscais próprios ou de entidades do Grupo Solví. Em outras entidades do Grupo Solví a opção foi o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas, e quitação de 76% com prejuízos fiscais próprios ou de entidades do Grupo Solví.

A quitação dos débitos com prejuízos fiscais deverá ocorrer durante o ano de 2018, somente quando a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expedirem Ato Normativo determinando a consolidação dos débitos e a indicação de quais entidades do Grupo irão ceder prejuízos fiscais destinados quitação dos débitos.

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP).

26 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as controladas da Companhia possuíam registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. A composição desses diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízos fiscais acumulados	-	261.729	48.135	461.720
Diferenças temporárias:				
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos *	-	-	(82.480)	(102.419)
Amortização do deságio	(57.012)	(57.012)	(57.012)	(57.012)
Amortização do ágio	-	-	300.601	1.982
Provisão para contingências cíveis, tributárias e trabalhistas	58.147	496	150.505	87.807
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	15.323	26.652
Provisões comissões s/vendas	-	-	24	24
Provisões perda estoque	-	-	42	2.822
Provisão para urbanização de aterro	-	-	93.176	80.956
Provisão de transporte de chorume	-	-	527	34.000
Perdas por imparidade	-	-	-	17.739
Provisão Conscientização População	-	-	888	1.468
Provisão para participação nos resultados	5.688	2.152	23.620	26.230
Mais valia de ativos em combinação de negócios	-	-	(360.371)	(357.051)
Regime Transitório de Tributação - RTT nos contratos de concessão	-	-	1.152	1.344
Realização da Reavaliação de Terrenos Aterro	-	-	(2.924)	(3.641)
Goodwill Piauí	-	-	-	10.122
Perda de valor justo CSN	-	97.789	-	161.039
Ganho e perda de venda	5.192	-	5.192	-
Outros	-	-	(5.757)	1.698
Base total final	12.015	305.154	130.641	395.480
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias - 34%	34	34	34	34
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos (a)	4.085	103.752	44.419	134.463
Base reduzida por incentivo fiscal				
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais (b)	(19.738)	(115.526)	(15.710)	(78.145)
Total Imposto de Renda e contribuição social diferidos (a) + (b)	(15.653)	(11.774)	28.709	56.318
Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos	-	-	168.646	195.036
Imposto de Renda e contribuição social diferidos passivos	(15.653)	(11.774)	(139.937)	(138.718)

* Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

Os ativos fiscais diferidos, a seguir demonstrados, foram reconhecidos conforme abaixo:
Em 31 de dezembro de 2018, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido antes dos impostos e das participações no resultado	17.071	(214.371)	156.180	(75.857)
Alíquota nominal do IR e da CS - %	34%	34%	34%	34%
Provisão de imposto de renda e contribuição social	(5.804)	72.886	(53.101)	25.791
Incentivo fiscal lucro da exploração	-	-	2.616	2.594
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	42.506	(36.912)	(27.415)	10.323
Ajuste a valor justo investimento na CSN	-	(33.248)	-	(54.753)
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(41.711)	-	(25.129)	(67.928)
Crédito de estorno de Pis e Cofins de 2013	-	-	-	(1.072)
Brindes/multas indedutíveis	-	(13)	(508)	(308)
Bônus/doações/patrocínios	(17)	-	(798)	(889)
Participação nos resultados	-	(69)	-	(915)
Ganho Por Compra Vantajosa	-	-	1.251	-
Lei do bem	-	-	(95)	-
Baixa de ágios de contratos encerrados	33.248	-	33.666	(7.458)
Amortização mais valia	(5.795)	(2.268)	(5)	(4.990)
Dividendos	(21.841)	-	(21.840)	-
Ganho por compra vantajosa de investimentos	570	-	(528)	-
IR/CS Diferido - Adesão ao Programa de Regularização Tributária	-	-	-	(58)
IR Diferido adesão ao PERT	-	6.710	-	6.086
Outras diferenças permanentes	(3)	(54)	2.698	3.966
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.153	7.032	(89.188)	(89.611)
Correntes	90	-	(81.608)	(111.164)
Diferidos	1.063	7.032	(11.113)	18.959
Incentivos fiscais	-	-	3.533	2.594

27 Patrimônio líquido

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 28 de dezembro de 2018, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$415.000 para o montante atual de R\$429.450, tendo um aumento de R\$14.450 divididas em 421.127 ações ordinárias, nominativas com valor nominal de R\$1 real cada uma, o aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado por meio da incorporação do capital social da empresa Servy Investimentos, conforme levantado no balanço de 30 de novembro de 2018 na nota explicativa nº1.

(i) Reserva de capital

Foi constituída por reflexo da equivalência patrimonial sobre as movimentações do patrimônio da Essencis Soluções Ambientais S.A. (R\$123.846) e da Revita Engenharia S.A. (R\$3.442), totalizando o montante de R\$127.288, devido ao reconhecimento do ativo fiscal diferido proveniente da baixa de ágio nas referidas controladas.

(ii) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

	<u>2018</u>
Lucro do exercício	18.224
Reserva Legal - 5%	(911)
Base para distribuição mínima	17.313
% Dividendos mínimo obrigatório	25%
Dividendos mínimos propostos	4.328
Dividendos adicionais propostos	12.985
Dividendos distribuídos exercício corrente	17.313

Em 31 de dezembro de 2018 através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a antecipação da distribuição de dividendos no montante de R\$12.985 do lucro apurado no exercício corrente.

Em 2018 a Companhia aprovou mediante a Assembleia Geral a distribuição do montante de R\$397.293 da reserva de lucro, sendo que do valor total, R\$92.816 foram dividendos *in natura* que foram pagos mediante a transferência de ativos conforme descrito na nota explicativa nº1.2.

(iv) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/07.

Em 2018 a Companhia reconheceu a reversão da provisão de perda com os mútuos cedidos à GPO – Gestão de Projetos e Obras Ltda que foi constituída em 2017, devido a reestruturação descrita na nota explicativa 1.2.

Durante o ano de 2018, mediante a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, pelas investidas, a Companhia reconheceu o montante de R\$5.386 como efeito reflexo da adoção de suas investidas, conforme demonstrado na nota explicativa nº16.1.

Adicionalmente em 2018 a Companhia baixou um ativo fiscal diferido constituído em 2017 devido a evidência de não realização do mesmo no montante de R\$6.710. Este efeito foi reconhecido contra reserva de retenção de lucros.

Em 2017 as movimentações correspondentes a equivalência sobre baixa de ágio e constituição da reserva de capital, no montante total de R\$220.855 (R\$348.143 - baixa dos ágios, subtraído R\$127.288 - ativo fiscal diferido), estão apresentadas no investimento conforme nota explicativa nº16.1.

A Companhia utilizou o montante de R\$413.730 da reserva de retenção para o aumento de capital social conforme nota explicativa 16.2.

(v) Reserva de ágio

A reserva de ágio no valor de R\$4.491, foi constituída pelo reconhecimento do benefício fiscal anteriormente pertencente a Revita Engenharia S.A. e incorporado pela CRVR em 30 de setembro de 2013 da qual a Solvi detém 70% da participação totalizando o valor de R\$3.143.

28 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de serviços (a):				
Clientes públicos	-	-	1.712.826	1.916.923
Clientes privados	2.873	1.293	671.050	540.301
Total receita bruta de serviços	2.873	1.293	2.383.876	2.457.224
Reversão do ativo financeiro	-	-	-	(19.673)
Receita de construção	-	-	8.499	17.439
Total receita bruta	2.873	1.293	2.392.375	2.454.990
Impostos incidentes sobre as vendas:				
ISS	(151)	(59)	(97.200)	(106.795)
PIS	(47)	(21)	(34.871)	(38.617)
COFINS	(219)	(99)	(160.621)	(177.880)
ICMS	-	-	(7.541)	(7.865)
Total impostos incidentes sobre vendas	(417)	(179)	(300.233)	(331.157)
Receita Líquida	2.456	1.114	2.092.142	2.123.833

- (a) As obrigações de desempenho dos segmentos do Grupo Solví, foram avaliados com base nas receitas operacionais líquidas, através das principais atividades. O Grupo Solví possui uma carteira de clientes pulverizada. As informações estão demonstradas a seguir através de porcentagem:

Coleta	35,13%
Limpeza Pública	24,66%
Aterro	22,64%
Consultoria e Assessoria	5,28%
Energia elétrica	4,18%
Outros	8,11%

A receita reconhecida com relação às construções em 2018 e 2017 representam o valor justo dos serviços prestados na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão (nota explicativa nº36) em 2018 e 2017 são como seguem:

Empresa	2018		
	Receita de construção	Custo de construção	Reversão de receita
<i>Battre - Bania Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	5.505	(5.505)	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA</i>	597	(597)	-
<i>São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	1.461	(1.461)	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A</i>	876	(876)	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	60	(60)	-
Total	8.499	(8.499)	-

Empresa	2017		
	Receita de construção	Custo de construção	Reversão de receita
<i>Battre - Bania Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	2.762	(2.762)	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA</i>	9.960	(9.960)	-
<i>Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	592	(592)	-
<i>São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	1.916	(1.916)	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A</i>	2.057	(2.057)	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	152	(152)	-
Total	<u>17.439</u>	<u>(17.439)</u>	<u>-</u>

Em 2017 houve a realização do ativo financeiro reconhecido em relação aos investimentos realizados em infraestrutura definida no contrato de concessão, quando de sua conclusão, na controlada Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA. Essa realização ocorreu mediante à compensação de valores recebidos mensalmente na composição da tarifa de prestação de serviço.

29 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2018	2017
Salários e Encargos	(685.780)	(704.396)
Mão-de-Obra	(255)	(277)
Aluguel	(199.129)	(193.859)
Depreciações	(138.830)	(135.768)
Materiais aplicados nos serviços	(205.261)	(180.799)
Serviços de terceiros (a)	(320.701)	(337.696)
Creditos fiscais (b)	74.474	78.087
Custo de bens reversíveis	(8.499)	(17.439)
Energia elétrica	(18.885)	(17.705)
Outros custos de produção	(103.700)	(98.723)
Total	<u>(1.606.566)</u>	<u>(1.608.575)</u>

- (a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a transporte de resíduos, serviços de incineração, destinação em aterros e serviços de coleta de resíduos.
- (b) As principais naturezas de créditos fiscais são referente a PIS e COFINS sobre insumos.

30 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(3.864)	(1.200)
Recuperação de créditos de títulos inadimplentes	-	-	5.517	1.690
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	-	(5.627)	(169)
Patrocínios, brindes e doações	(51)	-	(999)	(617)
Propaganda e publicidade (a)	(121)	(79)	(4.948)	(3.520)
Feriras e eventos	(183)	(46)	(416)	(973)
Outros	-	-	(808)	(425)
Total	(355)	(125)	(11.145)	(5.214)

- (a) Refere-se a propaganda com as revistas do Grupo Solvi e infográficos do programa de integridade, publicação de matéria de meio ambiente em jornais de grande circulação.

31 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração direta mão de obra	(27.372)	(16.074)	(76.646)	(66.475)
INSS	(3.991)	(3.036)	(11.217)	(11.252)
FGTS	(1.080)	(894)	(3.028)	(3.153)
Benefícios	(3.562)	(3.024)	(9.718)	(10.191)
Alugueis	(1.318)	(1.493)	(7.455)	(8.595)
Depreciação	(1.641)	(2.081)	(3.466)	(4.074)
Materiais	(251)	(401)	(1.184)	(1.663)
Fretes e carretos	(8)	(49)	(113)	(62)
Serviços de terceiros (a)	(26.853)	(13.090)	(67.830)	(58.543)
Tributos, seguros e contribuições	(1.860)	(1.196)	(13.153)	(10.557)
Viagens e estadias	(955)	(355)	(3.531)	(1.727)
Outros	(1.620)	(1.866)	(8.530)	(9.149)
Reembolso de despesas serv. compartilhadas (CSC)	26.181	26.061	4.994	5.869
Total	(44.330)	(17.498)	(200.877)	(179.572)

- (a) Os valores de serviços de terceiros referem-se basicamente à contratação de serviços de consultorias administrativas e financeiras, honorários advocatícios e assessoria técnica.

32 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de aluguel	-	-	510	228
Receitas Eventuais	644	56	2.211	1.085
Despesas e provisões contingenciais	(1.347)	(1)	(20.834)	(31.126)
Despesas com garantias contratuais	(58.054)	-	(58.054)	-
Patrocínio e doações	-	71	(1.735)	(2.220)
Resultado venda de imobilizado	(311)	-	4.450	807
Resultado de investimento	61.384	-	60.635	-
Reversão / (Provisão) de redução ao valor recuperável (a)	2.883	(100.126)	8.609	(196.391)
Reversão de PPR	359	-	6.796	-
PIS e COFINS sobre outras receitas	(1.940)	(1.416)	(3.906)	(3.862)
Reversão / (Provisão) de honorários advocatícios	-	-	2.058	(640)
Provisão de mútuo com controlada em conjunto	-	(16.883)	-	(29.330)
Multa contratual	-	(115)	(5.572)	(1.787)
Outras despesas e receitas (b)	-	(100)	503	623
Total	3.618	(118.514)	(4.329)	(262.613)

As principais alterações do consolidado da Solvi Participações S.A. referem-se:

- (a) O principais valores de 2017 refere-se a provisão de perda ao valor recuperável de investimentos transferidos para ativos mantidos para venda no montante de R\$97.789 na controladora e R\$161.038 no consolidado, conforme nota explicativa nº15.
- (b) O principais valores apresentados como outras despesas e receitas referem-se basicamente, ao encontro de contas da cessão das compras e vendas de energia pela Termoverde Salvador e recebimentos e pagamentos pela Termoverde Caieiras no valor de R\$3.386. Para atender os clientes da Termoverde Caieiras foi necessário que a Termoverde Salvador participasse da compra e venda pela Termoverde Caieiras que ainda não estava produzindo energia, desta forma foram reconhecidas em outras receitas e despesas o montante líquido da operação (gastos com compra de energia menos receita de repasse á Termoverde Caieiras). E conforme ata de reunião de sócios realizada em 11 de junho de 2016, a controlada Revita renunciou ao recebimento dos dividendos a pagar da controlada Abrantes Ambiental Ltda. no valor de R\$3.112.

33 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:				
Receitas juros sobre contratos de mútuo	7.005	28.944	12.013	39.274
Variação monetária	2.535	164	5.442	2.621
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.309	183	6.654	10.250
Correção de depósitos judiciais	-	-	1.093	6
Juros recebidos e descontos obtidos (a)	32.474	1.501	43.143	16.473
Total	43.323	30.792	68.345	68.624
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(3.347)	(367)	(14.164)	(19.182)
Despesas bancárias	(6.358)	(2.318)	(13.925)	(10.533)
Despesas com juros e descontos concedidos	(299)	(93)	(9.310)	(22.109)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(13.742)	(15.828)	(1.414)	(1.791)
Despesas multas e moras financeiras	(16)	(462)	(4.174)	(7.540)
Tributos sobre movimentações financeiras	(3.228)	(2.256)	(8.550)	(7.212)
Juros sobre financiamento	(68.625)	(10.986)	(134.912)	(184.437)
Total	(95.615)	(32.310)	(186.449)	(252.804)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(52.292)	(1.518)	(118.104)	(184.180)

- (a) Refere-se a atualização monetária do valor de venda das empresas CSN e Manaus, conforme nota explicativa nº15 Ativos mantidos para venda, o montante registrado em 2018 é de R\$32.454.

34 Cobertura de seguros

O Grupo Solví adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cubra todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pelo Grupo Solví oferecem as coberturas de risco operacional, danos materiais e responsabilidade civil.

35 Passivos contingentes

O Grupo Solvi é parte em diversos processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração do Grupo Solvi e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 2018, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, descritas na nota explicativa nº24, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo Solvi com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$66.554 (R\$71.284 em 2017).

Os principais processos com estimativa de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2018 são:

Companhia	Ação	Descrição
Vega Engenharia Ambiental S.A.	Ação Civil Pública – MP-SP – Celso Pitta	Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo MP/SP, por suposto pagamento ao ex-prefeito Celso Pitta e sua esposa para assistir a abertura da Copa do Mundo de 1998 em Paris. Essa ação foi julgada parcialmente procedente e determinada a suspensão de contratação exclusivamente com a prefeitura de São Paulo. Nos últimos andamentos, em maio/2017 foi julgado o Recurso Especial, na qual foi dado parcial provimento ao recurso para a exclusão da multa prevista na Lei de Improbidade Administrativa e delimitou a proibição de contratar apenas com a Prefeitura de São Paulo. Dessa decisão, foram opostos embargos de declaração para extinguir a ação pela morte do ex-agente público que é litisconsorte necessário para a composição do polo passivo. Os embargos foram monocraticamente não acolhidos, sendo alvo de agravo interno. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Vega, o prognóstico de perda é possível.
Vega Engenharia Ambiental S.A.	Ação Civil Pública – MP-SP - Varrição	Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo MP/SP, por suposta irregularidade na licitação para limpeza urbana do município de São Paulo, em que a Vega Sopave figurou como vencedora do certame. Em sentença foi julgada parcialmente procedente no sentido de declarar nulo o contrato administrativo 13/LIMPURB/95, restituir os valores recebidos dos cofres municipais no contrato e a proibir de contratar com o Poder Público. Dessa decisão, a Vega Sopave, atual Vega Engenharia Ambiental, recorreu da decisão na qual foi dado parcial provimento para reduzir a proibição de contratação com o Poder Público para 3 anos, redução da obrigação de ressarcimento ao erário para 30% dos valores atualizados dos aditamentos ilegais e reconheceu a validade do 2º aditivo contratual. Dessa decisão foi interposto RESP que admitido, aguarda julgamento. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Vega, o prognóstico de perda é possível.
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A	Ação Civil Pública – MP-RS - Improbidade Administrativa	Trata-se de ação civil pública promovida pelo MP-RS por supostos atos de improbidade administrativa ao oferecer vantagens aos agentes públicos para viabilizar a formalização do contrato administrativo celebrado em 06/09/2005. A RGA e a Vega, ambas figurando como Rés neste processo, apresentaram a sua defesa prévia. Ato contínuo, aguarda-se o recebimento da carta de citação. Segundo os assessores jurídicos contratados pela RGA, o prognóstico de perda é possível.
SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A	Ação Civil Pública - Ambiental	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo MP/RS, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado com o Município de São Leopoldo. A ação foi julgada procedente e a Companhia obteve, perante o STF, decisão monocrática, que tornou sem efeito a decisão que havia declarado nulo o contrato. Ainda pendente julgamento definitivo sobre a causa. Em março/2016, foi julgado novamente o recurso de apelação interposto pela SL Ambiental, que não foi dado provimento. Dessa decisão, foram opostos embargos de declaração que foram rejeitados. Em julho/2016, a SL Ambiental interpôs o RESP, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, o prognóstico de perda é possível.

Revita Engenharia S.A.	Ação Popular - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros	Trata-se de Ação Popular na qual o autor se insurge contra o edital e a Concorrência Pública nº 12/2009, alegando a ocorrência de supostas irregularidades. A Revita já apresentou Contestação, nos autos, e o processo encontra-se em fase de instrução. Em 05/12/2017, as partes foram intimadas para especificarem provas. De acordo com os assessores jurídicos contratados da Revita, o prognóstico de perda é possível.
Revita Engenharia S.A.	Ação Civil Pública - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENAJUD e no CRI. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi deferido pelo Juízo. Após análise do seguro garantia pelo MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juízo. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos autos a Defesa Prévia da Revita. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.
Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.	Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – Estado do Pará	O Estado do Pará ajuizou a ação civil pública tendo como objeto a indenização em caráter coletivo, bem como, em sede de liminar, pleiteou uma intervenção com a finalidade de estabelecer, provisoriamente, um regime de gestão das operações do aterro sanitário. O pedido foi deferido por meio de liminar. As empresas apresentaram Agravo de Instrumento o qual teve provimento parcial. Paralelamente, as empresas – Revita e Guamá – apresentaram a sua contestação, iniciando-se a fase de instrução processual. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.
Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.	Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – MP-PA	O MP-PA ajuizou a ação civil pública com pedido de tutela de urgência, bem como, pleiteou indenização, compensação e obrigações de fazer e não fazer diante de supostas irregularidades na operação do aterro sanitário de Marituba. As empresas-rés já apresentaram a contestação, bem como, interpuseram o recurso de Agravo de Instrumento diante do deferimento da liminar. Aguardamos o recebimento do recurso pelo Relator. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. e outros	Ação Penal – Crime Ambiental – Suposta Supressão Vegetal – MP-PA	O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas Guamá e Revita sob a alegação de que houve supressão vegetal fora do poligonal determinado pela licença ambiental. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. e outros	Ação Penal – Crime Ambiental – Supostos descumprimentos	O MP apresentou denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas - Guamá, Solvi e Revita para apurar supostos crimes ambientais cometidos até maio/2016. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.

	das condicionantes da licença – MP-PA	
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. e outros	Ação Penal – Crime Ambiental – Supostos descumprimentos das condicionantes da licença – MP-PA	O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas - Guamá, Solví, Revita e Vega Valorização de Resíduos, sob a alegação de supostos crimes ambientais ocorridos por eventual falha operacional da Guamá no ano de 2015. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	Ação Civil Pública – Nulidade de Licitação - Comarca de Rio Grande/RS	O MP pleiteia a declaração de nulidade do contato de concessão firmado com a Rio Grande, decorrente da previsão de remuneração por usuário único e pelo período fixo de 20 anos. Em 1ª instância, os pedidos foram julgados procedentes, declarando nulo o contrato firmado por licitação. No TJRS, o recurso interposto pela Rio Grande foi desprovido. Dessa decisão, foi interposto RESP, que foi admitido após a interposição do ARESP. O recurso está concluso com o Min. Relator. Paralelamente, foi intentada a medida cautelar para suspender os efeitos da sentença. A liminar foi deferida e o RESP foi recebido no efeito suspensivo. E junto a medida cautelar, foi apresentada a reclamação constitucional ao STF para pleitear a constitucionalidade do art. 14 da Lei municipal 5877/2004, pois o TJRS não arguiu a inconstitucionalidade em seu Plenário. Essa reclamação não foi conhecida pelo STF e já ocorreu o trânsito em julgado. No mérito, foi monocraticamente negado provimento o RESP interposto pela RGA, sendo apresentado o agravo interno. Contra a Medida Cautelar, em relação à qual foi impetrado RESP julgado prejudicado, foi posteriormente interposto Agravo Interno, o qual não foi provido. O RE foi remetido ao STF e, paralelamente, foi ajuizada uma medida cautelar no STF para suspender os efeitos da sentença, que foi indeferida. Em primeira instância, em outubro/2017, o MP iniciou a execução provisória e requereu a suspensão do contrato administrativo em 90 dias. No final de dezembro/2017, foi firmado acordo entre as partes, do qual se aguarda homologação.
Revita Engenharia S/A.	Ação Civil Pública – Sobrejornada – Seção Judiciária de Santa Maria/RS	O MPT pleiteia indenização por conta de sobrejornada habitual, que segundo ele, não foram autorizadas previamente. Houve a instrução processual, com produção de provas documental e testemunhal por parte da empresa. A sentença julgou parcialmente procedente os pedidos, determinando que fossem adequados a jornada de trabalho, conforme pedido do Ministério Público do Trabalho - MPT. Aguardando julgamento do recurso ordinário. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.
Essencis Soluções Ambientais S.A.	Ação Tributária	Trata-se da Execução Fiscal nº 0111581-74.2013.8.19.0029, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Magé, ajuizada pelo Município de Magé, objetivando a cobrança de valores supostamente devidos a título de ISS, no período compreendido entre os anos de 2004 a 2007, bem como multa por ausência de escrituração nos livros fiscais. Entretanto, o título executivo não é dotado de liquidez certa, diante da ausência de clareza na Certidão da Dívida ativa nº 097985/2013. Em 20/07/2017 foi protocolizada a Exceção de Pré-Executividade demonstrando a absoluta inexigibilidade do título executado e até o momento não houve qualquer movimentação processual. O prognóstico de perda é possível, sendo considerado na melhor hipótese a redução da multa para cem reais por livro ou por mês,

		considerando a tese tributária de “retroatividade benigna da infração” e, na pior hipótese, a tese de “efeito de confisco da multa aplicada”, com base em jurisprudência firmada pelo STF, reduzindo a multa aplicada para 30%.
Essencis Soluções Ambientais S.A.	Ação Trabalhista	Trata-se de Reclamação Trabalhista nº 0000769-78.2016.5.08.0008, na Comarca de Belém, proposta por Carlos Augusto Furtado da Cunha em face de Essencis Soluções Ambientais S/A, pleiteando o reconhecimento de doença ocupacional e a consequente condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, nulidade da demissão e reintegração no emprego (estabilidade CIPA e acidentária), bem como pagamento de pensão mensal, apresentando o valor da causa de R\$6.000. O laudo pericial concluiu que não há nexo causal entre a doença alegada pelo Reclamante e as atividades que este exercia na Reclamada, reduzindo, assim, a chance de êxito da ação. Entretanto, o prognóstico de perda da ação é considerado possível. O processo aguarda sentença.
Demais controladas	Cível - Demais controladas	Algumas controladas figuram no polo passivo em ações civis públicas, nas quais são discutidos os contratos avençados com o Poder Público, decorrentes da própria atividade do Grupo, que se concentra, com maior relevância, na prestação de serviços públicos de limpeza urbana, coleta e tratamento de resíduos. Em tais ações, as empresas são defendidas por escritórios especializados e de excelência comprovada, com o acompanhamento da área jurídica interna. Os advogados externos avaliam que tais ações são de valor inestimável, dado que são discutidos temas conceituais jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais de natureza imensurável. Ademais, em todas as ações, o prognóstico de êxito é possível.

36 Contratos de concessão

36.1 Ativo intangível

O Grupo Solví reconhece um ativo intangível à medida em que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma o Grupo Solví registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	São Gabriel	Battre	RGA	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Relima	SBC	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:								
Aterro e infra em aterros	-	20.117	4.829	-	8.943	-	-	33.889
Infraestrutura em transbordos	-	1.059	-	-	-	-	-	1.059
Estações de tratamento e redes de distribuição de água:								
Infraestrutura – água e esgoto	11.217	-	-	-	-	-	-	11.217
Terrenos e Edificações e Construção Civil	1.448	146		-	-	-	-	1.594
Benfeitorias em bens de terceiros	-	-	944	-	49	-	-	993
Máquinas e equipamentos	1.665	477	1.156	24	481	-	-	3.803
Veículos e equipamentos	-	18	901	15	497	-	-	1.431
Concessão	131	63	-	-	-	-	-	194
Intangível em andamento	3.854	6.622	511	-	3.529	-	2.701	17.217
	18.315	28.502	8.341	39	13.499	-	2.701	71.397

36.2 Ativo financeiro

O Grupo Solví reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento. Desta forma o Grupo Solví registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	LOGA
Transbordo	13.683
Edificações	324
Benfeitorias	1.520
Conteineres	6.905
Centros de Triagem	6.777
RSSS Un.Treinamento	11.947
Tr.Anhanguera	3.475
Col.Mecanizada	71
	44.702
Circulante	5.824
Não circulante	38.878

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2004	554.187	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Terrenos, estruturas e construções são reversíveis. Demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual.	Reforma do transbordo Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de aterro; construção de usina de compostagem e de centrais de triagem e renovação de frota de veículos a cada 5 anos	Pode ser renovado por igual período ou período menor a depender do Poder Concedente	A cada 5 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato.
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/ BA.	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo)	88.632	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato.	Expansão do aterro sanitário (abertura de novas células) e renovação da frota de veículos a cada 5 anos	O contrato será estendido até a capacidade do aterro esgotar	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Houve aditivo entre as partes para cessão de direito de uso do biogás gerado no aterro por parte da contratante.

37 Demonstração dos fluxos de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 10.

b. Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Controladora
	2018
Incorporação da Empresa Participação em Projetos de Saneamento	
Partes relacionadas ativo	393
Mútuos ativos	3.920
Investimento	(129)
Empréstimos e financiamentos	10.998
Partes relacionadas passivo	1.217
Mútuos passivos	(2.596)
Efeitos da reorganização societária na Companhia	
Partes relacionadas ativo	(11.994)
Mútuos ativos	(28.359)
Investimentos	2.651
Partes relacionadas passivo	34.228
Mútuos passivos	15
Baixa de ativo fiscal diferido	6.710
	Consolidado
	2018
Aquisição do controle da Ecototal	
Mútuos ativos	(10.002)
Investimentos	(9.478)
Imobilizado	21.359
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	3.317
Outros	735
Efeitos da reorganização societária na Companhia	
Partes relacionadas ativo	(11.994)
Mútuos ativos	(28.359)
Investimentos	2.651
Partes relacionadas passivo	34.228
Mútuos passivos	15
Adições ao imobilizado que não afetaram caixa	27.687
Constituição de ativo fiscal diferido por adesão ao PERT	(4.857)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
		2017	2017
Aumento de capital com outras contas a receber	6	(2.256)	-
Incorporação parcial da CPA (Investimento e títulos):			
Investimento	1	142.430	-
Cisão parcial Solvi - Mútuos a receber GPO e Servy:			
Partes relacionadas	1	38.785	38.785
Mútuos ativos	1	364.870	364.870
Investimentos	1	35.667	35.667
Partes relacionadas	1	1.900	-
Mútuos passivos	1	23.692	23.692
Cisão Parcial Vega			
Contas a receber de clientes	1	-	6.768
Partes relacionadas	1	-	28.940
Investimentos	1	-	35.667
Adições ao imobilizado que não afetaram caixa	20	-	4.376

38 Eventos subsequentes

38.1 *Renegociação do Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças*

Em janeiro de 2019, a Companhia realizou a amortização extraordinária de dívidas renegociadas no escopo de negociação de dívidas (“Acordo”), firmado em 16 de dezembro de 2016 com os bancos Itau, Santander, Bradesco, Original e CCB, no montante de R\$136.702. O perfil de endividamento passou a ser o seguinte:

Principal curto prazo: R\$ 148.776

Principal longo prazo: R\$1.103.308

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou o quarto aditamento ao Acordo, onde passaram a vigorar novas condições: (i) carência de 3 anos para o principal a partir de janeiro de 2019; amortização em 2 anos para dívidas sob a forma de Cédula de Crédito Bancário - CCBs e Stand By Letter of Credit – SBLCs; (ii) pagamento trimestral de juros; (iii) remuneração CDI + 2% a.a. . O valor da dívida renegociada em 28 de fevereiro de 2019, totaliza R\$810.015.

38.2 *Acordo com a Prefeitura Municipal de Canoas / Controlada Revita Engenharia S.A.*

Em janeiro de 2019 a Companhia registrou em conjunto com a Prefeitura de Canoas a escritura dos seis imóveis dados como forma de pagamento da dívida. A Companhia realizou a avaliação dos imóveis que totalizou o montante de R\$19.740.

38.3 Conclusão da Licitação de varrição pública da Prefeitura Municipal de São Paulo
Conforme veiculado nas mídias, em março de 2019 foi divulgado os participantes vencedores do processo licitatório dos serviços de varrição pública da Prefeitura Municipal de São Paulo o qual era executado via contrato emergencial pela Inova. Há uma série de etapas de questionamentos e recursos a serem concluídas para a efetivação do processo, e até a conclusão da licitação, a atual situação da Inova ainda permite assinatura de outro contrato emergencial, com prazo e condições definidos pelo contratante (Amlurb).

A Administração estima que todo o processo de licitação se encerrará no segundo semestre de 2019 e por consequência a execução dos serviços de varrição pública previsto no contrato emergencial firmado com a Inova será encerrado.

38.4 Renovação do contrato do Consórcio Ambiental SBC (Joint Operation) com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo
Durante o mês de março de 2019, a Prefeitura Municipal de São Bernardo em conjunto com o Consórcio Ambiental SBC mantiveram entendimentos para início de novo contrato a partir de Abril de 2019. Desta forma, será assinado o novo compromisso de prestação em regime da Lei 8.666, pelo prazo de 5 anos.

38.5 Liberação do recurso em conta Escrow mediante emissão de cartas fianças
Em janeiro de 2019, a Companhia realizou a amortização extraordinária de dívidas renegociadas no escopo de negociação de dívidas (“Acordo”), firmado em 16 de dezembro de 2016 com os bancos Itau, Santander, Bradesco, Original e CCB, no montante de R\$136.702, com recursos que estavam em escrow account, em garantias conforme previsto no SPA da venda da Manaus Ambiental, e foram substituídos por fianças bancárias, emitidas pelas bancos Itaú, Bradesco e Santander.

* * *

Conselho de Administração

Carlos Leal Villa
Presidente

Olga Stankevicius Colpo
Conselheira

Andrea Sandro Calabi
Conselheiro

Albérico Machado
Mascarenhas
Conselheiro

Diretoria Executiva

Celso Pedroso
Diretor Presidente

Célia Maria Bucchianeri
Francini Vasconcellos
**Diretora de Auditoria
Interna e Controles**

José Francivito Diniz
Diretor Financeiro

Lucas Quintas Radel
**Diretor de Desenvolvimento
Organizacional e Gestão de
Pessoas**

Marcio Aparecido Utrila
Contador